



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC,
CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 453/2023

O Estado do Acre, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO em forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar 123/06, Lei nº. 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor, **Decreto nº 7.892/2013**, **Decreto nº 10.024/2019**, Decreto Estadual nº 5.967/2010 e Decreto Estadual nº 4.767/2019, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93. Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotora** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0056.001012.00035/2023-68
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Procuradoria-Geral do Estado do Acre.
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICA
SRP:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
TIPO:	<input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM <input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO
MODO DE DISPUTA:	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
VALOR ORÇADO:	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASNET).
DATA DA ABERTURA:	29 de Novembro de 2023
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	09h15min (HORÁRIO DE BRASÍLIA)
PERÍODO DE RETIRADA:	14/11/2023 à 28/11/2023
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/comprasnet
PREGOEIRO(A):	Valdemir Januario de Almeida
DECRETO NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 36 de 12 de Janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVI, Nº. 13.452 de 13 de Janeiro de 2023.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.	

O Pregão será realizado pelo Pregoeiro a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do Pregoeiro ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Prestação de serviço de seguro total para os veículos da frota da Procuradoria-Geral do Estado do Acre, com assistência 24 horas, cobertura abrangente (colisão, incêndio, roubo, furto e RCF - V), danos materiais e danos corporais, danos morais, acidentes pessoais por passageiros, franquia reduzida, franquia para vidros, e retrovisores, conforme as especificações do Termo de Referência.

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET - CATSER e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão as últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta de Contrato

Anexo III: Modelo de Proposta de Preços

Anexo IV: Modelo da Ata de Registro de Preço

Anexo V: Declaração de Disponibilidade dos Recursos Necessários para Execução do Objeto

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo IV e condições previstas neste Edital.

2.2. Durante o prazo de validade do REGISTRO DE PREÇOS, a empresa detentora da Ata e as participantes do cadastro de reserva, poderá(ão) ser convidada(s) a firmar Contrato de fornecimento com vigência de até 12 (doze) meses, observadas as condições fixadas no Edital e as determinações contidas na legislação pertinente. (Art. 57 da Lei 8.666/93).

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, cidadão ou Licitante poderá impugnar o Ato Convocatório do Pregão, por meio

eletrônico no e-mail: selic.protocolo@ac.gov.br / selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente na sede da SELIC, Estrada do Avião nº. 927, Bairro Avião, CEP nº 69.900-830 - Rio Branco-Acre, no horário das 07:30 às 13:30 de segunda a sexta-feira.

3.1.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital e/ou órgão solicitante, decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido de impugnação.

3.1.2. Acolhida à impugnação contra o Ato Convocatório, desde que altere a formulação da Proposta de Preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

3.1.3. Pregoeiro se pronunciará exclusivamente pelo Sistema Eletrônico (COMPRASNET), ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.1.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, todavia, quando o pregoeiro conceder efeito suspensivo à ela deverá motivar nos autos do processo de licitação.

4. DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail: selic.protocolo@ac.gov.br / selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente na sede da SELIC, Estrada do Avião nº. 927, Bairro Avião, CEP nº 69.900-830 - Rio Branco-Acre, no horário das 07:30 às 13:30 de segunda a sexta-feira. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro(a) através dos sites <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e <http://ac.gov.br/licitacoes/>, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

5.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO às empresas que:

5.2.1. Cujo o ramo de atividade seja compatível com o do objeto desta licitação;

5.2.2. Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, constante do item 12 deste Edital;

5.2.3. Estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLT/MP nº 03, de 26 de abril de 2018;

5.2.4. Não estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.

5.2.5. Empresa que NÃO esteja suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o órgão solicitante desta licitação, durante o prazo da sanção aplicada, conforme art. 87, III, Lei nº 8.666/93;

5.2.6. Empresa que NÃO tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, conforme art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93;

5.2.7. Empresa que NÃO esteja impedida de licitar e contratar com o Estado do Acre, durante o prazo da sanção aplicada, conforme art. 7º, Lei nº 10.520/2002;

5.2.8. Não tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

5.2.9. Não seja empresa ou instituição vinculada ao Estado do Acre.

5.3. As empresas não cadastradas no SICAF que tiverem interesse em participar do presente Pregão Eletrônico, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto ao SICAF, através do portal www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.4. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:

5.4.1. Servidor de qualquer Órgão ou ENTIDADE vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

5.4.2. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.4.3. Sociedades Cooperativas.

5.4.4. OSCIP atuando nessa condição (Acórdão 746/2014 - TCU Plenário).

5.5. **Como requisito para participação no Pregão Eletrônico o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do Termo de Referência no Anexo I do presente Edital, indicando outra descrição complementar para a identificação clara do produto ofertado.**

5.6. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.6.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.6.1.1. A assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

5.6.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.6.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.6.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.7. Em conformidade com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá itens exclusivos e reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP.

5.7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração de enquadramento na referida situação para que possam ser adotadas as normas pertinentes às licitações estabelecidas na Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

6. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

6.1. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento junto ao provedor do sistema e sua habilitação junto ao SICAF, antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

6.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>;

6.3. O credenciamento da Licitante dependerá de cadastro atualizado no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF.

6.4. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva da Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.5. O uso da senha de acesso pela Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao Órgão Contratante ou ao **Órgão Promotor** desta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

7. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da Licitante e subsequente encaminhamento dos documentos necessários a Habilitação conforme item 12 do Edital e da Proposta de Preços com valor unitário e total de cada item a ser cotado, a partir da data da liberação do Edital no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>. Durante este período a Licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.2. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no item acima, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o item 7.10.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua Documentação, Proposta e lances inseridos em sessão pública.

7.5. Incumbirá a Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

7.6. A Licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos, e em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET - CATMAT e as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência deste Edital, prevalecerão às últimas.

7.7. **Na Proposta de Preços deverão constar, pelo menos, as seguintes condições, conforme Modelo constante do Anexo III:**

a) Razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (E-mail), este último se houver, para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa, Banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento;

b) **Prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.**

c) Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

d) Preço unitário e total de cada item, de acordo com o (s) preço (s) praticado (s) no mercado, conforme estabelece o inciso IV do art. 43 da Lei Federal nº. 8.666/93, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

e) Declaração expressa preferencialmente nos seguintes termos: os preços ofertados englobam todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

f) Para garantir a isonomia tributária aos licitantes, fica estabelecido que o licitante que não for contribuinte do ICMS do Estado do Acre, quando aplicar alíquotas deste tributo ao seu faturamento na origem, e estas forem inferiores às praticadas pelo Estado do Acre, deverá considerar nos cálculos de sua proposta as alíquotas do ICMS praticadas no Estado do Acre, visto que lhe será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual na entrada das mercadorias no Estado, conforme § 5º do art. 1º do Decreto nº. 13.287 de 29/11/2005.

g) **Especificações do objeto de forma clara e objetiva, descrevendo detalhadamente as características técnicas de todo o produto ofertado, incluindo elementos que de forma inequívoca identifiquem que o produto cotado atende as especificações solicitadas, ressaltando-se que será desclassificado aquele que, seja qual for o motivo, venha a apresentar proposta que não atenda às exigências editalícias.**

h) **E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I, do edital.**

7.8. As propostas de preços deverão ser informadas apenas com duas casas decimais após a vírgula.

7.9. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada e analisada pelo Pregoeiro(a), seja com relação a prazo e especificações dos produtos ofertados ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

7.10. A Proposta enviada implicará em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.11. O (A) Pregoeiro(a) verificará as Propostas enviadas, antes da abertura da fase de lances, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam **em conformidade** com os requisitos estabelecidos no Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência ou apresentem identificação do licitante.

7.11.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.11.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.12. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.13. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o **encerramento do envio de lances**.

8. DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. No dia e horário marcados, em conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início à sessão pública do presente Pregão Eletrônico, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas em conformidade com o item 7 - Proposta de Preços, e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

8.2. Em seguida ocorrerá o início da etapa competitiva, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br> conforme Edital.

8.3. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Somente as Licitantes que apresentaram Propostas em consonância com o item 7, poderão apresentar lances para os itens cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo a Licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.1.1. Assim como as Propostas, os lances serão ofertados conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo do edital.

9.2. **Será disponibilizado campo próprio no sistema para a troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes participantes ("chat"), quando convocadas pelo pregoeiro.**

9.3. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes poderão acompanhar, em tempo real, todas as mensagens trocadas no "chat" do sistema.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de

desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.

9.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.6. Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance ou percentual de desconto superior registrado que tenha sido apresentado pelas demais Licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

9.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às Licitantes para a recepção dos lances.

9.7.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa aos participantes, no mesmo endereço eletrônico utilizado para divulgação, ou seja, <https://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <http://ac.gov.br/licitacoes/>;

9.8. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no inciso I art. 25 do Decreto n.º 4.767, de 06 de dezembro de 2019.

9.9. A etapa de lances da sessão pública será encerrada automaticamente no modo de **disputa aberto**, após transcorrido dez minutos do seu início, caso não tenha sido prorrogada automaticamente;

9.9.1. A prorrogação automática da etapa de lances iniciais, por um período adicional de dois minutos, acontecerá caso exista o registro de lance(s) durante os últimos dois minutos da etapa competitiva inicial e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;

9.9.2. O não registro de lances conforme o item acima, a sessão pública será encerrada automaticamente;

9.9.3. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, o definido no preâmbulo deste edital, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

9.10. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro (a) poderá, assessorado pela equipe de apoio, dar reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

9.11. Incumbirá a Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

9.12. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das Propostas.

10. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES

10.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a Proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e a compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, após aplicação dos critérios de desempate estabelecidos na Lei Complementar Nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, a saber:

10.1.1. Se a proposta classificada em primeiro lugar for de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP o Pregoeiro iniciará a fase de negociação direta do preço. Encerrada esta etapa, seguirá para fase de habilitação.

10.1.2. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP, o Pregoeiro aplicará o critério de empate da lei e considerará as propostas iguais àquela melhor classificada e aquelas superiores em até 5% (cinco por cento), e selecionará dentre estas a melhor proposta, que terá preferência de contratação conforme § 2º do art. 44 da LC 123 de 14 de dezembro de 2006, mas condicionada a apresentar proposta com preço inferior àquela até então considerada a melhor proposta, na forma do inciso I do art. 45 da mencionada lei. Classificada a melhor proposta para o objeto a microempresa ou EPP, irá para fase de negociação do preço diretamente com o Pregoeiro. Concluída esta etapa seguirá para fase de habilitação.

10.1.3. Caso não ocorra lances, deverá ser verificado o valor estimado e a especificação técnica prevista no edital.

10.1.4. **Não será aceito e adjudicado item ou lote cujo preço unitário seja superior ao estimado para a contratação;**

10.2. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

10.2.1. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes;

10.2.2. Ao licitante é assegurado o prazo de 5 (cinco) minutos para aceitação da contraproposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado, podendo este prazo ser prorrogado pelo Pregoeiro e registrado em ata.

10.3. Cumpridas as etapas anteriores e aceita a proposta, o Pregoeiro verificará, no sistema, a habilitação da Licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

10.4. Caso a Licitante não atenda aos requisitos da Habilitação, será observado o seguinte procedimento:

10.4.1. Se a proposta classificada pertence a uma microempresa ou EPP, e desde que só exista irregularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para regularização, e a declarada vencedora do objeto. Iniciando-se a contagem do prazo a partir deste momento, podendo ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, desde que requerido tempestivamente pelo licitante. Caso o licitante não regularize sua situação fiscal, o Pregoeiro consultará a documentação do Licitante da proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma oferta e seu autor atendam, integralmente, aos requisitos de Habilitação contidos no Edital, sendo, então, o Licitante habilitado declarado vencedor. Nas demais causas de inabilitação será chamado o licitante seguinte na ordem de classificação.

10.4.2. Se a proposta classificada não pertencer à microempresa ou EPP, o Pregoeiro convocará o licitante da proposta classificada em segundo lugar, negociará o preço e em seguida procederá ao exame da habilitação, e assim sucessivamente, até que uma oferta e seu autor atendam, integralmente, aos requisitos de Habilitação contidos no Edital, sendo, então, o Licitante habilitado, declarado vencedor.

10.5. Se a Proposta não for aceitável ou se a Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a Proposta e documentações subsequentes e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma Proposta e documentação habilitatória que atenda ao Edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora e a ele adjudicado o objeto do certame.

10.5.1. Será aceito apenas o registro de uma única Proposta vencedora para cada item, existindo a possibilidade de convocar Licitantes na ordem de classificação, e assim sucessivamente, caso haja desistência do vencedor.

10.6. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

10.7. Na fase de aceitação o pregoeiro poderá solicitar aos licitantes, o envio da proposta atualizada e, se necessário, os documentos complementares, por item inclusive, relativamente ao último lance ofertado após negociação, podendo também solicitar apenas do licitante cuja proposta esteja em primeiro lugar.

10.7.1. Para tanto, o pregoeiro fará uso da opção "**Convocar Anexo**", selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O

Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link "Anexar", disponível apenas para o fornecedor selecionado.

10.7.2. Confirmado o envio do anexo, o link "Anexar" do fornecedor passa a ter a função de "Consultar". Na tela do pregoeiro, após a convocação, o Sistema informa na coluna "Anexo" o link "Convocado", o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link "Consultar".

10.8. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a(s) empresa(s) como vencedora(s) do(s) respectivo(s) item(s) ou lote(s).

10.9. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

11.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

11.2. O empate entre duas ou mais Licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as Propostas e quando não houver lances para definir o desempate. No caso de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11.3. Será admitido apenas 01(um) Licitante vencedor para cada item/lote.

11.4. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da Proposta e dos documentos de habilitação, que não venham causar prejuízo para ao órgão solicitante da Licitação, a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, e nem firam os direitos das demais Licitantes.

11.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço estimado pelo órgão contratante ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

11.5.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.5.2. Podendo o Pregoeiro realizar diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

11.6. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sites <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e <http://ac.gov.br/licitacoes/>

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

12.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

12.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

12.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica:

12.3.1. Habilitação Jurídica

- Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal - SRF e Certidão quanto à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN), e com a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;
- Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado, emitida pela Procuradoria Geral do Estado, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual.
- prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

12.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

- Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- Balanço patrimonial e a demonstração de resultado contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação, devidamente assinados pelo proprietário e profissional de contabilidade e/ou Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.
 - O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas tributadas com base no lucro real que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte..
 - Serão considerados na forma da lei o balanço

patrimonial e as demonstrações contábeis assim apresentados:

b.2.1) publicados em Diário Oficial; ou

b.2.2) publicados em jornal de grande circulação; ou

b.2.3) por cópia registrada no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante; sendo também admitida a autenticação pelo Sistema de Escrituração Digital – SPED, mediante apresentação do comprovante de autenticação digital; ou

b.2.4) por cópia extraída do Livro Diário – devidamente autenticado no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante – inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

b.3) Para Sociedades Anônimas, cópia autenticada da publicação do Balanço em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede do Licitante;

b.4) Para Sociedades Limitadas, cópias autenticadas devendo ser assinadas por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo administrador da sociedade.

b.5) Para as demais empresas, cópias legíveis e autenticadas do Livro Diário, onde foram transcritos o Balanço Patrimonial e a demonstração do resultado, devendo ser assinado por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo administrador da sociedade empresária.

b.6) As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham Balanço de final de exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido com data de até 90 (noventa) dias anterior à data de abertura da licitação.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço, que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% do valor de sua proposta, na forma da lei, de acordo com os §3º do artigo 31 da Lei nº 8.666/93.

12.3.4. Qualificação Técnica

a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) Além da documentação relativa a qualificação técnica exigida, a licitante (seguradora) vencedora deverá apresentar Certidão emitida pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, que comprove autorização para atuar na área de seguro objeto da licitação.

c) A licitante (seguradora) deverá comprovar, através de procuração, contrato social ou outro instrumento hábil, os poderes do preposto indicado na proposta para representá-la na execução do objeto.

d) As empresas licitantes deverão apresentar a Declaração de Disponibilidade de recursos necessários para a execução do objeto – a empresa deverá informar que dispõe de toda a estrutura e recursos necessários para a execução do objeto deste certame, conforme preceitua o Art. 30, § 6º da Lei nº 8.666/93, conforme modelo Anexo V do Edital.

e) Declaração de que não está enquadrada em nenhuma das vedações contidas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993, ou seja, que não está impedido de contratar com a administração pública (Acórdão 2837/2008 TCU Plenário).

f) **E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I, do edital.**

12.4. Os documentos necessários à habilitação quando estiverem desatualizados no SICAF ou, ainda, quando não estiverem nele contemplado, deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta de preços, em original, ou cópia autenticada em Cartório competente, ou publicação em Órgão da imprensa oficial, conforme prazos acima citados.

12.5. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

12.6. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

12.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.9. A Licitante que for declarada vencedora de algum item/lote do presente Edital, terá o prazo de 02 (duas) horas, contadas a partir da convocação feita pelo(a) Pregoeiro(a) via sistema, para enviar a proposta final ajustada ao último valor ofertado e documentos complementares (quando for o acaso), devendo serem anexados, preferencialmente, em campo próprio do sistema Compras Governamentais, ou excepcionalmente, remetidos para o endereço eletrônico selic.protocolo@ac.gov.br / selic.protocolo@gmail.com. PODENDO O PRAZO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO PELO PREGOEIRO E REGISTRADO NO SISTEMA.

12.9.1. Visando o princípio da transparência, os documentos remetido para o e-mail selic.protocolo@ac.gov.br / selic.protocolo@gmail.com serão disponibilizados, pelo pregoeiro(a) no endereço eletrônico <http://ac.gov.br/licitacoes/> junto ao edital da licitação, para consultas pelos interessados, além dos demais já inseridos no endereço eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

12.10. A Licitante estrangeira deverá apresentar todos os documentos equivalentes aos exigidos as Licitantes brasileiras, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, no caso de ser considerada vencedora.

12.11. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação da Licitante primeira classificada e a convocação dos demais licitantes, conforme ordem de classificação.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Para fins de aceitação das propostas classificadas, após a emissão de parecer técnico do órgão contratante ou após realização de diligências pelo Pregoeiro(a), visando subsidiar sua decisão ou sanear possíveis erros ou falhas que não alterem as substâncias das propostas;

13.1.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Os licitantes serão comunicados sobre a reabertura da sessão, para

acompanhar a continuidade da mesma.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail e mensagem no site eletrônico utilizado para divulgação <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e <http://ac.gov.br/licitacoes/>, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, e a ocorrência será registrada em ata.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DOS RECURSOS

14.1. Qualquer Licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, imediatamente após a divulgação da vencedora, em campo próprio do Sistema Eletrônico, **no prazo de trinta minutos**, manifestar sua intenção de recorrer.

14.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

14.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

14.3. Será concedido a Licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentar as razões de recurso, ficando as demais Licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.4. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

14.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente do Órgão Promotor adjudicará o objeto à licitante classificada.

14.7. Adjudicado o objeto ao licitante classificado, a Autoridade Superior do Órgão Contratante homologará o resultado da licitação para fins de contratação.

14.8. Declarado o vencedor, o procedimento deverá ser registrado em ata e abrir-se-á novo prazo recursal, prosseguindo-se normalmente, com as demais fases previstas no Edital.

14.9. Os autos do processo originais permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, sito a Estrada do Avião nº 927, Bairro Aviário, CEP nº 69900-830 - Rio Branco - Acre, telefone (68) 3215-4600, horário das 07:30 às 13:30 de segunda a sexta-feira.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso, após o recebimento dos documentos conforme previsto no item 12.9.

15.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente (Órgão Contratante) e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à Licitante vencedora.

15.3. Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, deverá ser submetido à autoridade competente (Órgão Promotor) para decidir acerca dos atos do Pregoeiro.

16. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1. Homologada a licitação, após adjudicação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor vencedor, e se for o caso, com os demais classificados (Cadastro Reserva), obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos;

16.2. O Órgão Contratante convocará formalmente o(s) fornecedor(es), após a publicação da homologação do certame com antecedência de 3 (três) dias úteis, informando o local, data e horário, para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços

16.2.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro do(s) licitante(s) que compõem o Cadastro Reserva.

16.2.2. O prazo previsto no subitem 16.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo fornecedor convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Órgão Contratante.

16.3. No caso do fornecedor vencedor e os componentes do cadastro Reserva, depois de convocado(s), não comparecer(em) ou se recusar(em) a assinar a Ata de Registro de Preços e Anexo, sem prejuízo das cominações a ele(s) previstas neste Edital, o Órgão Contratante convocará o(s) licitante(s) melhor(es) classificado(s) do Cadastro Reserva, obedecendo a ordem de classificação, mantido o preço do ganhador da licitação, excluindo os faltosos, assim sucessivamente.

17. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

17.1. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

17.1.1. Para fins de aceitação das propostas classificadas, após a emissão de parecer técnico do órgão contratante ou após realização de diligências pelo Pregoeiro(a), visando subsidiar sua decisão ou sanear possíveis erros ou falhas que não alterem as substâncias das propostas;

17.1.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.2. Serão registrados na ARP, nessa ordem:

17.2.1. Os preços e quantitativos do Licitante mais bem classificado durante a fase competitiva e;

17.2.2. Os preços e quantitativos dos Licitantes que aceitarem cotar os materiais em valor igual ao do Licitante mais bem classificado.

17.3. Se houver mais de um Licitante na situação de que trata o subitem 17.1.1., serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

18. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ordinariamente, o órgão gestor, o(s) participante(s) se houver, e extraordinariamente, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador (Órgão Contratante), desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93, no Decreto Estadual nº 5.967/10, alterado pelo Decreto Estadual nº 7.477/2014, relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços.

19. DO PAGAMENTO

19.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

21. DO TERMO DE CONTRATO

21.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, será lavrada Ata, com a empresa adjudicada, com 12 (doze) meses de vigência, a contar da data de sua assinatura.

21.2. A Licitante vencedora deverá apresentar alvará de funcionamento (no ato da contratação).

21.3. A Licitante vencedora deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação.

21.4. Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar a ata ou o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 4º, inciso XVI e XXIII, da Lei Nº 10.520/02, e a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, convocará as demais

Licitantes classificadas e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no artigo 7º da mesma lei.

21.5. Como condição para celebração do Contrato, a Licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

21.6. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor do **órgão contratante**, designado como Representante, que anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.

21.7. O presente Edital e seus Anexos, bem como a Proposta da Licitante vencedora, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

21.8. As sanções a serem aplicadas devem obedecer ao decreto Estadual nº 5.965/2010, que, dentre outras matérias, dispõe sobre o procedimento administrativo e a aplicação de sanções por ilícitos administrativos cometidos por fornecedores nas licitações, no âmbito do Estado do Acre.

22. DAS ALTERAÇÕES SUBJETIVAS

22.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do objeto.

23. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

23.1. Não se aplica.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeita às sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, subsidiada pela Lei 8.666/93 e nas formas indicadas pelo Decreto Estadual nº 5.965 de 30 de dezembro de 2010 (disponível no endereço: www.ac.gov.br > licitações > legislação relacionada a compras e licitações) e será descredenciado do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre.

24.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

24.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo órgão.

24.4. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no órgão contratante, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês.

24.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em sistema mantido na Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, e no caso de suspensão de licitar o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

24.6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

24.7. As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente – pelo Pregoeiro e submetido à autoridade do órgão promotor da licitação durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade do órgão contratante, durante a execução do contrato.

24.8. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao licitante vencedor o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.

24.9. Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.

24.10. Aos fornecedores que praticarem ilícitos administrativos na licitação, no procedimento de dispensa ou inexigibilidade licitatória e nos contratos, serão aplicadas as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão; e
- IV - declaração de inidoneidade.

§ 1º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observado o princípio da proporcionalidade.

§ 2º Quando o fornecedor, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica duas ou mais infrações administrativas, idênticas ou não, as penas aplicadas serão cumuladas, respeitados os limites máximos de:

I - dois anos para as licitações realizadas nas modalidades convite, tomada de preços, concorrência, concurso e leilão, para os seus respectivos contratos e para os contratos decorrentes de procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação; e

II - cinco anos para as licitações realizadas na modalidade pregão e para os seus respectivos contratos.

24.11. A advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor, em decorrência de atos menos graves e que ocasionem menores riscos para a Administração e, se for o caso, conferindo prazo para a adoção de medidas corretivas cabíveis;

24.12. A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será aplicada nos seguintes limites máximos:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;

II - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada, observado o disposto no § 5º, a partir do trigésimo primeiro dia;

III - 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II; e

IV - 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame, tais como:

- a) proposição de recursos manifestamente protelatórios;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- d) não cumprimento dos requisitos de habilitação na modalidade pregão, embora o licitante tenha declarado previamente no certame que os cumpria;
- e) não apresentação da nova proposta no prazo estabelecido, na modalidade pregão, consoante valor ofertado nas fases de lances ou de negociação; e
- f) tumultuar a sessão pública da licitação.

V - 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta vencedora, ou sua correspondente nas dispensas e inexigibilidades de licitação, em caso de recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração ou pelo descumprimento de qualquer cláusula pactuada, à exceção do descumprimento do prazo de realização ou entrega do objeto, já prevista nos incisos I, II e III.

25. **DO LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS OBJETOS**
- 25.1. Será conforme os termos do Anexo I deste Edital.
26. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 26.1. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse do **pelo órgão contratante**, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 32 § 1º e 2º, do Decreto nº. 4.767/2019 e art. 50, parágrafo único, do Decreto nº 10.024/2019.
- 26.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da Proposta.
- 26.3. Ao Pregoeiro ou a autoridade competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.
- 26.4. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 26.5. Após apresentação da Proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 26.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto **pelo órgão contratante**.
- 26.7. O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua Proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e será descredenciado no SICAF e inscrito no portal do CEIS, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 26.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais.
- 26.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua Proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.
- 26.10. Para fins de aplicação da sanção administrativa constante no presente Edital, o lance é considerado Proposta.
- 26.11. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação.
- 26.12. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 26.13. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 26.14. O Edital e seus Anexos, podem ser lidos e retirados através da Internet nos sites <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e <http://ac.gov.br/licitacoes/>, como também informações sobre o andamento do mesmo.
- 26.15. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou e-mail selic.protocolo@ac.gov.br / selic.protocolo@gmail.com.
- 26.16. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Rio Branco- AC, 10 de novembro de 2023.

Valdemir Januario de Almeida
Pregoeiro (a)



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR JANUÁRIO DE ALMEIDA, Pregoeiro**, em 10/11/2023, às 13:21, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **8938208** e o código CRC **3C6F4B70**.

ANEXOS DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 250/2023/PGE

Processo nº 0056.001012.00035/2023-68

1. **DO ORGÃO**
- 1.1. Procuradoria-Geral do Estado do Acre.
2. **DA LICITAÇÃO/MODALIDADE**
- 2.1. Pregão Eletrônico para Registro de Preços, na forma de menor preço por lote.
3. **DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**
- 3.1. Menor preço por lote;
4. **DA DESCRIÇÃO DA CATEGORIA DE INVESTIMENTO**
- (X) Outros serviços Pessoa Jurídica
- () Equipamento de Apoio
- () Equipamento de TI
- () Consultoria/Auditoria/Assessoria
- () Despesa de Custeio
- () Bens de Consumo
- () Material Permanente
5. **DA UNIDADE ADMINISTRATIVA SOLICITANTE**
- 5.1. Constitui-se como Unidade Administrativa do presente Termo de Referência, o Núcleo de Transporte da PGE.
6. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 6.1. Devido à escolha da modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, e em consonância INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SGA/PGE/CGE Nº 001 DE 08 DE AGOSTO DE 2014, informamos que a declaração de adequação orçamentária será disponibilizada para efeitos de contratação, ficando dispensado sua apresentação na fase de licitação conforme preconiza o Art. 1º, § 3º da referida instrução normativa.
7. **DO OBJETO**
- 7.1. Prestação de serviço de seguro total para os veículos da frota da Procuradoria-Geral do Estado do Acre, com assistência 24 horas, cobertura abrangente (colisão, incêndio, roubo, furto e RCF - V), danos materiais e danos corporais, danos morais, acidentes pessoais por passageiros, franquia reduzida, franquia para vidros, e retrovisores, conforme as especificações deste Termo de Referência.
8. **DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**
- 8.1. A presente contratação de seguros automotivo, justifica-se pela necessidade de garantir a segurança dos Procuradores e Servidores, tendo em vista que, os Veículos Oficiais se destinam a suprir as necessidades desenvolvidas no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado do Acre - PGE em deslocamentos para atividades desta instituição.
- 8.2. A licitação em tela, justifica-se pela necessidade de garantir a preservação do patrimônio da Procuradoria-Geral do Estado do Acre, e visa prevenir eventuais sinistros que possam ocorrer em decorrência do uso continuado da frota de veículos oficiais.
- 8.3. Garantir reposição ao erário pela ocorrência de eventual sinistro, que gere dano ou perda nos veículos segurados e/ou terceiros envolvidos. Assim, justifica-se a contratação pelas questões acima referidas além de falhas mecânicas, pequenos sinistros, acidentes; danos materiais não cobertos pelo seguro obrigatório - DPVAT - incluso no licenciamento anual;
- 8.4. Os veículos são utilizados a serviço da instituição no transporte de servidores e materiais, bem como no transporte de autoridades investidas em cargos de relevância. A contratação de seguro veicular, tem como finalidade, garantir maior segurança a frota de automóveis da instituição contra eventuais ocorrências de sinistro e/ou roubos que possam ocorrer quando em deslocamento e/ou em viagens a serviço da instituição, de forma garantir a plena recuperação dos veículos em situações que ocorrer sinistros, bem como o ressarcimento de possíveis danos causados a terceiros.
- 8.5. Isto posto, torna-se de suma importância a contratação de seguro total para os veículos oficiais utilizados pelo Chefe do Poder Executivo, evitando, assim, possíveis prejuízos ao Erário, decorrentes de ocorrências como sinistros, furtos, roubos, incêndios, dentre outros.
- 8.6. Atualmente a PGE possui 04 (quatro) veículos oficiais, com previsão de aquisição de mais 01 (uma) caminhonete, conforme descrição abaixo, e devido à grande rotatividade dos carros oficiais, se faz necessária esta contratação para que os mesmos não fiquem em más condições de uso. Sendo eles:
- a) TOYOTA COROLLA SEDAN COROLLA XEI 1.8 FLEX 16V - 2009/2009 - Placa MZQ1252;
- b) TOYOTA COROLLA SEDAN ALTIS PREMIUM HYBRID 1.8 16V 4P FLEX - 2022/2023 - Placa QWQ6D70;
- c) TOYOTA ETIOS SEDAN X 1.5 FLEX 16V - 4P - MANUAL - 2018-2018 - Placa QLY7921;
- d) MITSUBISHI L-200 TRITON GL SPORT 4X4 2.4 16V - DIESEL S10 - MANUAL - 2021/2022 - Placa QLX1B25;
- e) TOYOTA HILUX SRV 4X4 2.8 TDI 4P AUT 16V TURBO - ZERO QUILOMETRO - DIESEL - 2022-2023 - (Em fase de contratação)
- 8.7. A contratação se faz necessária como medida de segurança para resguardar seus bens, especificamente sua frota de veículos em casos de avarias, oferecendo assistência também seus usuários em alguma eventualidade.
- 8.8. Optou-se pelo agrupamento dos itens em lotes por tratar-se de itens compatíveis entre si, cujo agrupamento não acarreta na perda da competitividade necessária à disputa e nem causa prejuízo para a Administração contratante. Ademais, as consequências da multiplicação de contratos que poderiam estar resumidos, de acordo com as necessidades administrativas e operacionais, leva a Administração contratante a optar pelo gerenciamento de um só contrato com todos os itens, ao invés do gerenciamento de inúmeros contratos. O agrupamento dos itens em lote permitirá uma maior especialização das empresas que prestarão os respectivos serviços, possibilitando uma melhoria na qualidade da prestação do objeto deste Termo. Em adição, será mais vantajosa para a Administração a gestão contratual de serviço cujo conjunto de atividades possui natureza semelhante.
- 8.9. Considerando o objeto desta contratação trata-se de serviço de seguro automotivos, visando assegurar o bem público, procuradores e servidores na prestação do serviço público, no desenvolvimento das atividades desta Procuradoria, sendo considerando de natureza continuada, assim caracterizado como sendo aquele que se destina a atender necessidades públicas, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro; Ainda, diante da possibilidade de utilização da modalidade pregão, devendo ser observado o inc. II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
9. **DOS VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA DA PGE**
- 9.1. Conforme os itens e quantitativos detalhados na planilha a seguir:

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS PARA FORMAÇÃO DE PREÇOS													
UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO (RESUMIDA) VEÍCULO / MARCA	QUANT.	COBERTURA TOTAL/VIDROS/REBOQUE/RESPONSABILIDADE CIVIL	SINISTRO	CASCO	Nº PASSAGEIROS	RCF		APP		FRANQUIA (LIMITE MÁXIMO)	PREÇO ESTIMADO	
							DANOS MATERIAIS	DANOS CORPORAIS	MORTE	INVALIDEZ		UNITÁRIO (R\$)	TOTAL DE ITEM (ATÉ) (R\$)
01	TOYOTA COROLLA SEDAN XEI 1.8 16V FLEX AUT. - PORTAS GASOLINA/ALCOOL - AUTOMÁTICO - 2009/2009	01	SIM	SEGURO TOTAL	100% da Tabela FIPE	05	200.000,00	200.000,00	100.000,00	100.000,00	3.000,00		

02	TOYOTA COROLLA SEDAN ALTIS PREM.HYBRID 1.8 16V AUT-4PORTAS GASOLINA/ALCOOL/ELET RICO - AUTOMÁTICO - 2022/2023	01	SIM	SEGURO TOTAL	100% da Tabela FIPE	05	200.000,00	200.000,00	100.000,00	100.000,00	3.000,00		
03	TOYOTA ETIOS SEDAN X 1.5 16V FLEX - 4PORTAS - GASOLINA/ALCOOL - MANUAL - 2018/2018	01	SIM	SEGURO TOTAL	100% da Tabela FIPE	05	200.000,00	200.000,00	100.000,00	100.000,00	3.000,00		
04	MITSUBISHI L200 PICK-UP CAB DUP SPORT TRITON GL 2.4 4x4 - 5 PASS - DIESEL CAMBIO MANUAL - 2021/2022	01	SIM	SEGURO TOTAL	100% da Tabela FIPE	05	200.000,00	200.000,00	100.000,00	100.000,00	5.000,00		
05	TOYOTA HILUX SRV 4X4 2.8 TDI 4P AUT 16V TURBO - ZERO QUILÔMETRO- DIESEL - PINTURA NA COR:BRACA, CAMBIO AUTOMÁTICO - 2022/2023	01	SIM	SEGURO TOTAL	100% da Tabela FIPE	05	200.000,00	200.000,00	100.000,00	100.000,00	5.000,00		
QUANTIDADE TOTAL DE VEÍCULOS A SEREM SEGURADOS		05	VALOR TOTAL (R\$)										

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

10.1. O contrato deverá ter vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura, garantindo-se todas as coberturas previstas neste Termo de Referência.

10.2. A prorrogação poderá ser admitida nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, mediante prévia justificativa e autorização da autoridade competente, devendo ser precedida, ainda, de manifestação da Procuradoria-Geral do Estado do Acre.

10.3. Ocorrendo a hipótese prevista no inc. II do art. 57 da Lei nº 8666/1993, a duração do contrato poderá sofrer prorrogação por sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, desde que cumpridas as formalidades acima indicadas e demonstrado, nos autos, que a medida importará em obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

11. DA COBERTURA

11.1. Para a formulação das propostas, assim como para a cobertura dos veículos, deverão ser considerados os valores de referência do mercado, com base em 100% da tabela FIPE.

11.2. As franquias deverão ser reduzidas e os seus valores deverão constar, obrigatoriamente, na proposta e na apólice, não devendo exceder os limites máximos estabelecidos abaixo:

DESCRIÇÃO	PRÊMIO
Casco- compreensiva – valor de mercado	100% FIPE
RCF - Veículos - Danos Materiais	R\$ 200.000,00
RCF- Veículos - Danos Corporais	R\$ 200.000,00
APP-Acidentes Pessoais por Passageiro - Morte (por ocupante)	R\$ 100.000,00
APP-Acidentes pessoais por Passageiro – Invalidez Permanente (por ocupante)	R\$ 100.000,00
Cobertura Total para vidros top plus	SIM
Extensões de Reboque ilimitado	SIM
Responsabilidade Civil – Objeto transportado	SIM

11.3. Todos os veículos possuem capacidade máxima para 05 (cinco) passageiros.

11.4. Assistência 24 (vinte e quatro) horas para passageiros e veículos, com serviço de guincho gratuito até, no mínimo, 250 km do local da ocorrência;

11.5. A franquia para os vidros para-brisas, laterais, traseiros, de lanternas (lentes e lâmpadas), faróis e retrovisores deverão ser destacados à parte do valor da franquia do veículo.

12. DA MODALIDADE DE SEGURO DE AUTOMÓVEL

12.1. Pelo contrato de seguro, a Sociedade Seguradora se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo da Procuradoria-Geral do Estado do Acre - PGE, relativo aos automóveis indicados no ITEM 9 deste Termo de Referência, contra riscos indicados em apólice, observadas as especificações mínimas abaixo:

12.2. A Sociedade Seguradora, quando da apresentação da proposta deverá fazê-la na modalidade de "valor de mercado referenciado", entendida como aquela que garante ao segurado, no caso de indenização integral por danos causados ao veículo segurado, o pagamento de quantia variável, em moeda corrente nacional, determinada de acordo com tabela de referência, conjugada com fator de reajuste, em percentual, a ser aplicado sobre o valor de cotação do veículo, na data da liquidação do sinistro.

12.3. A tabela de referência utilizada para cotação dos veículos será a Tabela divulgada mensalmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

12.4. Caso a tabela de referência FIPE deixe de ser publicada, ou seja, suspensa, será automaticamente substituída pela segunda tabela de referência, doravante, tabela substituta, que deverá ser indicada na proposta e na apólice de seguro.

12.5. A proposta deverá considerar como Fator de Ajuste o percentual de 100% (cem por cento) do valor indicado na tabela de referência ou na tabela substituta para fins de cálculo do valor da indenização na ocasião do pagamento do sinistro.

13. DOS SINISTROS

13.1. Dos Riscos Cobertos: "SEGURO TOTAL". O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

13.1.1. Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.

13.1.2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento.

13.1.3. Raios e suas consequências.

13.1.4. Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

13.1.5. Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

13.1.6. Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

13.1.7. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

13.1.8. Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.

13.1.9. Granizo, ventos fortes, terremoto e demais eventos afins.

13.1.10. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

13.1.11. Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, sem pagamento de franquia;

13.1.12. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF - Danos Pessoais).

- 13.1.13. Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.
- 13.1.14. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

- a) Chaveiro;
- b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo CONTRATANTE;
- c) Transporte da pessoa por imobilização do veículo segurado;
- d) Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.
- e) Socorro mecânico emergencial no local.
- f) Troca de pneus, remendo de pneus e troca de lâmpadas.
- g) Disponibilidade de carro reserva por um período mínimo de 30 (trinta) dias.

14. DA APÓLICE

- 14.1. A apólice referente a contratação em tela terá vigência por 12 (doze) meses, a contar das 24h (vinte e quatro) horas do dia da sua emissão.
- 14.2. A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para o CONTRATANTE.
- 14.3. Deverá constar na apólice:
- 14.4. identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;
- 14.5. indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação;
- 14.6. indicação de fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100% (cem por cento);
- 14.7. prêmios discriminados por cobertura.
- 14.8. Deverá ser estabelecido prazo para a liquidação dos sinistros, limitado a 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega de todos os documentos básicos.
- 14.9. Apólice de seguro deverá atender às disposições do Decreto-Lei nº 73/1966 e, em especial a regulamentação das Circulares SUSEP nº 256/2004 (alterada pelas circulares SUSEP nº 270, nº 278/2004 e nº 269/2004).

15. DA AVALIAÇÃO DE RISCO

- 15.1. Os veículos são conduzidos por servidores ou motoristas contratados, de acordo com suas devidas categorias e permanecem recolhidos em estacionamentos fechados e privativos com segurança patrimonial permanente.
- 15.2. Diante das informações fornecidas nos itens acima e, devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

16. DA FRANQUIA

- 16.1. As franquias deverão ser reduzidas e os seus valores deverão constar, obrigatoriamente, na proposta e na apólice, não devendo exceder os limites máximos estabelecidos abaixo:

16.1.1. Para os veículos que constam nos itens 01,02 e 03 do Item 9 desse Termo o limite máximo de R\$ 3.000,00 (tres mil reais).

16.1.2. Para os veículos que constam nos itens 04, e 05 do Item 9 desse Termo o limite máximo de R\$5.000,00 (cinco mil), podendo ser ofertado, de acordo com análise por veículos, franquias de valores menores.

16.1.3. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

16.2. Os valores das franquias para ocorrência de sinistros com substituição unicamente de itens como para-brisa frontal, vidro traseiro, faróis, faróis de LED, faróis de milha, lanternas, retrovisores e deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, não podendo exceder o valor máximo de franquia correspondente, conforme tabelas abaixo:

- a) Peças;
- I - Vidro laterais: R\$ 250,00;
- II - Para-brisa e vidro Traseiro: R\$ 550,00;
- III - Farol, Farol de Milha, Lanternas e retrovisores: R\$ 350,00;

17. DA INCLUSÃO, EXCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO

17.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluído, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou a contratação.

17.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

17.3. Caberá ao CONTRATANTE, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

17.4. Havendo necessidade de exclusão, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a aplicação da fórmula: $X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ onde: X = Valor anual do prêmio por veículo; 12 = Número de meses; Y = Valor mensal do prêmio por veículo; Z = Número de meses restantes para o término da apólice; VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

17.5. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo CONTRATANTE à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

17.6. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante depósito na conta do Órgão CONTRATANTE, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado à Procuradoria-Geral do Estado do Acre.

18. DO ENDOSSO

18.1. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo CONTRATANTE e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes neste Termo.

18.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

18.3. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.

19. DA ASSISTÊNCIA

19.1. A CONTRATADA deverá prestar serviços de assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ilimitado em caso de panes ou acidentes, e cobertura de vidros.

19.2. A assistência estender-se-á todo o território nacional, sem aplicações de franquias quilométricas ou taxas extras para os serviços de cobertura, guincho ou reboque.

19.3. A CONTRATADA deverá possuir uma representação (corretor de seguros) 24 (vinte e quatro) horas por dia disponível para, em casos de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento.

19.4. Da Assistência Técnica 24 horas:

19.4.1. A proposta deverá conter serviços de Assistência Técnica 24h, em caso de acidente, roubo, furto, enchente, incêndio ou pane do veículo segurado (cobertura compreensiva).

- 19.4.2. O contrato deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes serviços:
- a) Reparo no local;
 - b) Reboque;
 - c) Chaveiro.

20. **DA VISTORIA PRÉVIA**

- 20.1. Havendo interesse, a empresa seguradora poderá realizar vistoria prévia dos veículos indicados no Item 09 deste Termo de referência.
- 20.2. A vistoria não é condição obrigatória, responsabilizando-se a empresa segurado pela decisão de não vistoria.
- 20.3. As datas e horários deverão ser previamente agendados no NÚCLEO DE TRANSPORTES da Procuradoria do Estado do Acre - PGE, situada na Av. Getúlio Vargas, nº2852 - Bairro Bosque, Ac. CEP 69.900-589.
- 20.4. As empresas seguradoras têm o direito à vistoria prévia, porém, a interessada deverá decidir se arcará com o ônus de tal operação ou assumirá o risco de uma avaliação menos acurada.
- 20.5. É vedado à empresa vencedora fazer quaisquer reclamações posteriores ou requerer aditivos, alegando desconhecimento de detalhes específicos dos veículos segurados.
- 20.6. A empresa licitante que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.
- 20.7. A empresa que optar pelo disposto no item acima, aceitará tacitamente todas as condições e adversidades que possam existir para prestação do serviço licitado, sem nenhum ônus à Administração.

21. **DA AVARIA E DO SINISTRO**

- 21.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.
- 21.2. Após procedimento de recuperação pelo CONTRATANTE, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.
- 21.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.
- 21.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, conforme item 20 deste Termo de Referência, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.
- 21.5. A CONTRATADA deverá colocar à disposição do CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- 21.6. A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.
- 21.7. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.
- 21.8. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas, após o aviso de sinistro.

22. **DA REGULAÇÃO DE SINISTRO**

- 22.1. Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.
- 22.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.
- 22.3. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do CONTRATANTE.
- 22.4. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.
- 22.5. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo do CONTRATANTE, não cabendo, pela CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.
- 22.6. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

23. **DA INDENIZAÇÃO**

- 23.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.
- 23.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.
- 23.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.
- 23.4. A indenização integral será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.
- 23.5. Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- 23.6. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da propriedade do veículo e da sociedade seguradora.

24. **DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

- 24.1. Valor global da contratação: R\$ XXX (), conforme detalhado abaixo:

ITEM	VEÍCULO	ANO/MODELO	FRANQUIA REDUZIDA (R\$)	VALOR (R\$)
01	TOYOTA COROLLA SEDAN COROLLA XEI 1.8 FLEX 16V - 4PORTAS - AUTOMÁTICO - ALCOOL/GASOLINA	2009/2009		
02	TOYOTA COROLLA SEDAN ALTIS PREMIUM HYBRID 1.8 16V 4P FLEX AUT - 4PORTAS - GASOLINA/ALCOOL/ELÉTRICO	2022/2023		
03	TOYOTA ETIOS SEDAN X 1.5 FLEX 16V - 4PORTAS - MANUAL - ALCOOL/GASOLINA	2018/2018		
04	MITSUBISHI L-200 TRITON GL SPORT 4X4 2.4 16V - DIESEL S10 - MANUAL	2021/2022		
05	TOYOTA HILUX SRV 4X4 2.8 TDI 4P AUT 16V TURBO - ZERO QUILOMETRO - DIESEL - AUTOMATICO	2022/2023		
VALOR TOTAL DO SEGURO				R\$

25. **DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 25.1. A apólice será recebida, provisoriamente, pelo Núcleo de Transportes da Procuradoria do Estado do Acre - PGE, no endereço a Avenida Getúlio Vargas, nº 2852, Bosque Rio Branco - Acre, CEP: 69.900.589, para verificação da adequação do objeto às especificações exigidas neste Termo de Referência.
- 25.2. Após verificada a conformidade com as especificações técnicas, a apólice

será recebida definitivamente, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou atesto no documento de cobrança, que será remetido ao setor competente para pagamento.

26. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

26.1. A CONTRATADA deverá na execução dos serviços, respeitar os prazos de execução conforme evento/sinistros, nos prazos máximos em dias corridos especificados abaixo:

- a) Entrega da apólice: 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.
- b) Alterações na apólice: 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial da solicitação pelo CONTRATANTE.
- c) Pagamento de indenizações em decorrência de sinistros em geral: 30 (trinta) dias, contados da data do sinistro, devidamente informados/documentado pelo CONTRATANTE.
- d) Pagamento de indenizações nos casos de roubo, furto ou incêndio: 30 (trinta) dias, contados do aviso às autoridades policiais, desde que o veículo não tenha sido apreendido ou localizado oficialmente mediante comprovação hábil.

27. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DA APÓLICE E DA FRANQUIA

27.1. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia subsequente à entrega definitiva do material objeto deste Termo de Referência;

27.2. O pagamento estará condicionado ao atesto da nota fiscal feito pelo Núcleo de Transporte que terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis para análise e aprovação da documentação apresentada pela CONTRATADA;

27.3. Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega no protocolo do CONTRATANTE;

27.4. Os valores a serem pagos pelo CONTRATANTE corresponderão exclusivamente aos serviços comprovadamente realizados pela CONTRATADA.

27.5. Antes do pagamento o CONTRATANTE verificará, por meio de consulta eletrônica nos sites oficiais, a regularidade da empresa contratada junto à Seguridade Social (INSS), FUNDO de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho, Receita Federal, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal. Tal exigência tem amparo legal no § 3º do Art. 195 da Constituição Federal e no Art. 29, Inc. III e IV, e 55, Inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993. (TCU, Acórdão nº 119/2011, Plenário, Rel. Min. José Jorge, DOU de 02.02.2011);

27.6. Caso fique constatada a situação irregular da Contratada a mesma deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pelo CONTRATANTE, a sua regularização;

27.7. Permanecendo a situação irregular da Contratada, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de cinco dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

27.8. O prazo estipulado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE;

27.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pelo CONTRATANTE, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

27.10. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à Contratada a ampla defesa;

27.11. Havendo a efetiva prestação de serviços/fornecimento, os pagamentos serão realizados normalmente. Caso a Contratada não regularize sua situação junto aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal serão adotados os procedimentos legais para rescisão contratual e aplicação das penalidades cabíveis e previstas em lei. (art. 80, inciso IV, cumulado com art. 79, inciso I, ambos da Lei nº 8.666/1993);

27.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente.

27.13. Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança;

27.14. Em caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignada no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei;

27.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

27.16. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5 % (zero vírgula cinco) por cento ao mês e de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die* e de forma não composta, mediante aplicação da seguinte fórmula:

27.17. $EM = VP \times N \times I$, onde:

EM = Encargos moratórios.

VP = Valor da parcela em atraso.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

$I = (TX/100) / 365 = \text{Índice de atualização financeira} = [(6/100)/365] = 0,00016438$.

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6% (seis por cento).

27.18. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora. (IN 06, DE 23 de dezembro de 2013 da SLTI do MPOG);

27.19. A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

27.20. O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

27.21. O desconto de qualquer valor no pagamento devido à Contratada será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

27.22. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ indicado na proposta de preços e nos documentos de habilitação, bem como na Nota de Empenho, e deverá conter o detalhamento dos materiais e os valores destacados das retenções;

27.23. A Nota fiscal/Fatura deverá ser emitida em nome da:

Procuradoria-Geral do Estado;

CNPJ: 04.088.258/0001-42;

Av. Getúlio Vargas 2852, bairro Bosque;

Rio Branco - AC;

CEP: 69.900-589.

27.24. A Nota Fiscal deverá ser eletrônica (NF-e), conforme o Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, do qual o Estado do Acre é signatário;

27.25. A Nota Fiscal deverá ser preenchida conforme a Instrução Normativa nº 002/2013, da Controladoria-Geral do Estado do Acre;

27.26. A Nota Fiscal/Fatura apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescendo-se no prazo fixado para pagamento os dias que transcorrerem entre a data da devolução e a efetiva reapresentação;

28. DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇO

28.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a 12 meses, **incluindo eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993**, terá início na data de sua assinatura, tendo como eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.

29. DO REAJUSTE

29.1. É facultado o reajuste em sentido estrito, a pedido da contratada, contemplando a variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), após 12 (doze) meses da apresentação da última proposta comercial, no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de o silêncio ser interpretado como renúncia presumida.

29.2. O requerimento a que se refere o parágrafo anterior prescinde da indicação dos índices de variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) no período, tendo em vista o lapso temporal observado em sua divulgação.

29.3. O preço eventualmente reajustado somente será praticado após a vigência do aditamento ou apostilamento contratual e contemplará a variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) durante 12 (doze) meses, a partir da data de apresentação da última proposta comercial.

29.4. Os reajustes sucessivos terão por base o termo final do período contemplado pelo reajuste anterior.

29.5. A contratada só fará jus a qualquer reajuste na constância da vigência contratual.

29.6. Haverá preclusão lógica do direito ao reajustamento nos casos em que a contratada firmar termo aditivo de dilação de prazo de vigência, com a manutenção dos preços praticados e sem a expressa reserva do direito, quando já houver decorrido o período anual referente ao reajustamento e mesmo que ainda não consumado o prazo de 60 (sessenta) dias previsto no item 29.1.

30. DA SUBCONTRATAÇÃO

30.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

31. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

31.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta o CONTRATANTE, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/1993 relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

31.2. Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à PGE, para que esta indique os possíveis prestadores de serviço e os respectivos preços a serem praticados, obedecendo à ordem de classificação.

31.3. Caberá ao prestador de serviço beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação de serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que esta prestação não prejudique as obrigações assumidas com o CONTRATANTE.

31.4. As contratações por outros órgãos ou entidades não poderão exceder o quintuplo do quantitativo de cada item registrado na mesma para o órgão solicitante e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que a ela aderirem.

32. DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

32.1. Em observância ao §1º do art. 7º do Decreto Estadual nº 7.477/2014, é vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive, o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993;

32.2. Os Contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, desde que verificado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993, nos termos do § 3º do Decreto Estadual nº 5.967/2010, com as alterações do Decreto Estadual nº 7.477/2014.

33. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

33.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, além das obrigações resultantes da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Estaduais nº 5.967/2010 e nº 4.767/2019, e subsidiariamente da observância da Lei Federal nº 8.666/1993, as seguintes:

33.1.1. Cumprir integralmente os termos da proposta, as obrigações, os prazos e demais condições estabelecidos no Termo de Referência.

33.1.2. Credenciar, perante o CONTRATANTE, um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do Contrato, indicando nome, endereço e telefone de contato.

33.1.3. Cumprir os prazos e demais condições estabelecidos no Termo de Referência.

33.1.4. Manter durante todo o período de vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis.

33.1.5. Informar por escrito quaisquer alterações de telefone (fixo ou celular) e de e-mail da empresa, sendo que facultativamente esta informação poderá ser feita por meio eletrônico (e-mail, SMS ou Whatsapp) encaminhado exclusivamente ao endereço de e-mail ou telefone indicados pelo Gestor ou Fiscal do Contrato.

33.1.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo responsável pela Gestão/Fiscalização da execução do Contrato.

33.1.7. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus representantes/empregados, ou ainda por infrações à legislação em vigor, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

33.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

33.1.9. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Contrato firmado.

33.1.10. A CONTRATADA deverá manter as mesmas condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza sine qua non para a emissão de pagamento e aditivos de quaisquer naturezas.

33.1.11. Corrigir quaisquer falhas apontadas pela fiscalização do Contrato.

33.1.12. Caberá ainda à licitante vencedora as seguintes obrigações:

33.1.13. Emitir apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas, e contendo todos os dados dos veículos (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassi, região).

33.1.14. Garantir a seguridade dos veículos a partir da assinatura do Contrato.

33.1.15. Garantir o atendimento das responsabilidades civis por danos a terceiros.

33.1.16. Prestar os serviços de Assistência durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive a vídros.

33.1.17. Prestar o serviço de assistência durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive a vídros que tem por finalidade o atendimento do veículo assegurado e seus ocupantes, em situações de emergência e serão válidos em todo o Brasil, em caso de pane, acidente, roubo/furto do veículo.

33.1.18. Socorro mecânico emergencial no local do acidente.

33.1.19. Reboque do veículo (guincho abrangendo quilometragem livre).

33.1.20. Transporte dos ocupantes do veículo segurado até a residência (sede) do segurado.

33.1.21. Serviços de chaveiro.

- 33.1.22. Troca de pneus.
- 33.1.23. Envio de combustível.
- 33.1.24. Remoção para hospital ou domicílio do segurado por lesão.
- 33.1.25. Serviço de despachante.
- 33.1.26. Cobertura por perda parcial do veículo segurado e cobertura compreensiva 100% da tabela FIPE (seguro total).
- 33.1.27. Indenização integral por danos, roubo, furto qualificado ou incêndio observando os valores atualizados apurados na Tabela FIPE.
- 33.1.28. Cobertura por danos materiais e pessoais a terceiros.
- 33.1.29. Os preços serão de acordo com os valores vigentes no mercado, praticados pelas companhias de seguro, na data de apresentação das propostas, e neles deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, assim como a discriminação da franquia e do prêmio total aos veículos.
- 33.1.30. A CONTRATADA, deverá prover um número de chamada gratuita, para comunicação com o CONTRATANTE em casos de acidentes.
- 33.1.31. A CONTRATADA, deverá responder pelas demais causas legais que por ventura não foram relacionadas neste termo.
- 33.1.32. A CONTRATADA deverá responder pelas demais causas legais que por ventura não foram relacionadas neste termo mas que fazem parte das Condições Gerais do Seguro de Automóveis aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
- 33.1.33. A CONTRATADA permanecerá como única e total responsável perante a PGE/AC, pela cobertura do seguro contratado, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regulação dos sinistros porventura ocorridos e quanto ao pagamento da indenização devida.
- 33.1.34. As empresas executoras dos serviços deverão estar com a regularidade fiscal atualizada para pagamento da franquia.
- 33.1.35. A não regularidade fiscal das empresas executoras do serviço impossibilita o pagamento em seu CNPJ. Nesta situação a Seguradora contratada deverá emitir a Nota Fiscal, referente a franquia dos serviços executados, no seu próprio CNPJ.

34. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 34.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além das obrigações resultantes da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Estaduais nº 5.967/2010 e nº 4.767/2019, e subsidiariamente da observância da Lei Federal nº 8.666/1993, as seguintes:
- 34.1.1. Efetuar o pagamento de acordo com o previsto neste Termo;
- 34.1.2. Exercer, a seu critério e através de servidor ou de pessoas previamente designadas, ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do Contrato;
- 34.1.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos pertinentes ao objeto deste Termo;
- 34.1.4. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 34.1.5. A área responsável pela atividade de transportes do CONTRATANTE comunicará à empresa, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 34.1.6. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
- 34.1.7. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;
- 34.1.8. Comunicar oficialmente a CONTRATADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
- 34.1.9. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 34.1.10. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações deste instrumento e do Contrato;
- 34.1.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 34.1.12. O CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar nas Notas Fiscais, os débitos e multas da CONTRATADA previstas no Contrato, bem como os valores pagos a terceiros a título de ressarcimento de danos causados pela CONTRATADA.
- 34.1.13. Publicar o(s) preço(s), o(s) fornecedor(es) e as especificações resumidas do objeto, em forma de extrato, no Diário Oficial do Estado.

35. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 35.1. A gestão e a fiscalização do Contrato será efetuada por servidor designado da Procuradoria-Geral do Estado, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 8.666/1993 e a Instrução Normativa nº 001/2016 da Controladoria-Geral do Estado do Acre.
- 35.2. Acompanhar a execução físico-financeira do Contrato.
- 35.3. Atestar o recebimento e a qualidade dos bens de consumo contratados, se estes estiverem em conformidade com as especificações do respectivo objeto contratado.
- 35.4. Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução.
- 35.5. Requer formalmente ao setor competente, com antecedência, as prorrogações e aditivos necessários, devidamente justificados.
- 35.6. Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual, informando sobre paralisações ou suspensões que ocorram no Contrato.
- 35.7. Comunicar formalmente ao respectivo Gestor de Contrato e/ou Gestor de Convênio eventuais irregularidades, após ter notificado formalmente a Contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais e anotar, em formulário próprio, todas as ocorrências que julgar relevantes, relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 35.8. Zelar pela fiel execução do Contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais fornecidos e dos serviços prestados.
- 35.9. Efetuar relação entre os prazos de vigência do Contrato e os prazos de vigência de convênios, se estes forem interdependentes, se o Contrato for financiado com recursos de convênio.
- 35.10. Estabelecer, juntamente com respectivo gestor, cronograma de fiscalização.
- 35.11. Aplica-se aos Contratos de prestação de serviços, quando contínuos, o Art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

36. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 36.1. **Da habilitação jurídica:**
- 36.1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 36.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- 36.1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- 36.1.4. Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 36.1.5. Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 36.2. **Da regularidade fiscal e trabalhista:**
- 36.2.1. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade com a Fazenda Federal;
- 36.2.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com

efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

36.2.3. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio ou sede da Contratada, relativa a tributos estaduais, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

36.2.4. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativa ao domicílio ou sede da Contratada, da Dívida Ativa da Fazenda Estadual;

36.2.5. Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede da Contratada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

36.2.6. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRS, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

36.2.7. Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando a regularidade perante a Seguridade Social.

OBS - As certidões que tenham sua autenticidade, sujeitas à verificação nos endereços indicados em site da Internet pelo órgão emissor, estas não necessitarão ser autenticadas.

36.3. Da qualificação econômico-financeiro:

36.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, através de índices oficiais, quando encerrado há mais de três meses da data da apresentação da proposta. A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita através dos seguintes índices contábeis maior ou igual a 1:

$Liquidez\ Corrente = \frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante}$

$Liquidez\ Geral = \frac{Ativo\ Circulante + Ativo\ Não\ Circulante}{Passivo\ Circulante + Passivo\ Não\ Circulante}$

$Solvência\ Geral = \frac{Ativo\ Total}{Passivo\ Circulante + Passivo\ Não\ Circulante}$

36.3.2. A licitante que não tenha apresentado o balanço, para a consecução do CRC, deverá também apresentá-lo para análise. As empresas que apresentarem resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

36.3.3. Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial, emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

36.4. Para efeito de habilitação será exigido ainda do licitante a apresentação da Declaração:

36.4.1. Declaração de que cumpre o Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, para fins de atestação de que não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

36.5. Para a pretensa contratação será necessária a comprovação de qualificação técnica para a devida habilitação:

36.5.1. Além da documentação relativa a qualificação técnica exigida, a licitante (seguradora) vencedora deverá apresentar Certidão emitida pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, que comprove autorização para atuar na área de seguro objeto da licitação.

36.5.2. A licitante (seguradora) deverá comprovar, através de procuração, contrato social ou outro instrumento hábil, os poderes do preposto indicado na proposta para representá-la na execução do objeto.

36.5.3. A licitante (seguradora) deverá apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por empresa pública ou privada comprovando que a licitante prestou serviços com características semelhantes ao especificado neste instrumento, bem como, prestou a devida assistência técnica no período da contratação. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser impresso(s) em papel timbrado, com nome e telefone de contato dos responsáveis pela informação atestada, não sendo aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais de Internet, devendo ainda atestar a satisfação com o serviço ofertado pela proponente.

36.5.4. A licitante (seguradora), deverá apresentar na **Qualificação Técnica** a exigência da **Relação explícita** e da **Declaração formal de sua disponibilidade**, dos recursos considerados essenciais ao cumprimento do objeto, de acordo com **art. 30, §6º da Lei nº 8.666/1993**.

36.6. Será exigido ainda como documento complementar:

36.6.1. Declaração de que não está enquadrada em nenhuma das vedações contidas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993, ou seja, que não está impedido de contratar com a administração pública (Acórdão 2837/2008 TCU Plenário).

37. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

37.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a Administração do Órgão, garantida a prévia defesa, aplicará as fornecedoras as sanções previstas no Edital e seus anexos. E o seguinte:

37.2. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o presente contrato ou a Ata de Registro de Preços, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste termo, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no Decreto Estadual nº. 5.965 de 2010 e será descredenciado do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre.

37.3. A Contratada será responsável por quaisquer falhas que importem em prejuízo à Administração ou terceiros, durante o prazo de garantia do(s) item(ns), devendo providenciar a troca do(s) mesmo(s), sob pena de ser considerado como inexecução parcial do contrato.

37.4. Será a empresa responsabilizada administrativamente por falhas ou erros na execução que vierem a acarretar prejuízos ao CONTRATANTE, sem exclusão da responsabilidade criminal e civil por danos morais ou físicos a terceiros, nos termos da Lei.

37.5. Aos fornecedores que praticarem ilícitos administrativos na licitação, no procedimento de dispensa ou inexigibilidade licitatória e nos contratos, serão aplicadas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão;
- d) declaração de inidoneidade.

37.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observado o princípio da proporcionalidade.

37.7. Quando o fornecedor, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica duas ou mais infrações administrativas, idênticas ou não, as penas aplicadas serão cumuladas, respeitados os limites máximos de:

37.8. Dois anos para as licitações realizadas nas modalidades convite, tomada de preços, concorrência, concurso e leilão, para os seus respectivos contratos e para os contratos decorrentes de procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação; e

37.9. Cinco anos para as licitações realizadas na modalidade pregão e para os seus respectivos contratos.

37.10. A advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor, em decorrência de atos menos graves e que ocasionem menores riscos para a Administração e, se for o caso, conferindo prazo para a adoção de medidas corretivas cabíveis;

37.11. A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será aplicada nos seguintes limites máximos:

- a) 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada, observado o disposto no § 5º, do art. 19, do Decreto Estadual nº5.965/2010 a partir do trigésimo primeiro dia;

c) 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II do art. 19, do Decreto Estadual nº 5.965/2010.

37.12. 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame, tais como:

- a) proposição de recursos manifestamente protelatórios;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- d) não cumprimento dos requisitos de habilitação na modalidade pregão, embora o licitante tenha declarado previamente no certame que os cumpria;
- e) não apresentação da nova proposta no prazo estabelecido, na modalidade pregão, consoante valor ofertado nas fases de lances ou de negociação; e
- f) tumultuar a sessão pública da licitação.

37.13. 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta vencedora, ou sua correspondente nas dispensas e inexigibilidades de licitação, em caso de recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração ou pelo descumprimento de qualquer cláusula pactuada, à exceção do descumprimento do prazo de realização ou entrega do objeto;

37.14. A multa será executada com a observação da seguinte ordem:

37.15. Mediante desconto no valor da garantia da proposta ou do contrato;

37.16. Mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada; e

37.17. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

37.18. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, se houver, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e com aplicação de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Fazenda Pública estadual, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

37.19. O atraso para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do ilícito administrativo, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

37.20. Em despacho com fundamentação sumária poderá ser relevado o atraso não superior a cinco dias.

37.21. Decorridos trinta dias de atraso na execução do objeto do contrato, a nota de empenho será cancelada e o contrato rescindido, exceto na existência de justificado interesse do órgão ou entidade contratante em admitir atraso superior a trinta dias, que será penalizado na forma do inciso II, do caput. § 6º do art. 19, do Decreto Estadual nº 5.965/2010;

37.22. As penalidades de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas conjuntamente com a de multa.

37.23. Suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, por prazo não superior a dois anos, podendo chegar a cinco anos em se tratando da modalidade pregão.

37.24. A suspensão temporária impedirá o fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública, e será aplicada, dentre outros, nos seguintes casos e períodos:

37.24.1. Por até trinta dias:

- a) quando vencido o prazo de advertência para cumprimento de obrigação, o fornecedor permanecer inadimplente; ou
- b) quando o fornecedor deixar de entregar, no prazo estabelecido pela Administração, os documentos exigidos.

37.24.2. De trinta dias a seis meses conforme art. 19, do Decreto Estadual nº 5.965/2010:

- a) para o fornecedor que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
- b) recebimento de duas penalidades de advertência, em prazo inferior a doze meses;
- c) recebimento pela segunda vez da penalidade sancionada na forma do inciso I, em prazo inferior a vinte quatro meses;
- d) recebimento de uma segunda penalidade de multa, por qualquer uma das seguintes condutas:
 - I - atraso na execução do objeto; e
 - II - alteração da sua quantidade ou qualidade;

37.24.3. De seis a doze meses, conforme art. 19, do Decreto Estadual nº 5.965/2010 nas situações de:

- a) retardamento motivado na execução de serviço, obra e fornecimento de bens,
- b) que implique em necessária rescisão contratual;
- c) não pagamento da pena de multa no prazo estabelecido,
- d) nas situações bem que não for possível o desconto da garantia ou dos créditos decorrentes de parcelas executadas; ou
- e) recebimento pela segunda vez de penalidade sancionada na forma do inciso II, em prazo inferior a trinta e seis meses

37.24.4. De doze a vinte e quatro meses, conforme art. 19, do Decreto Estadual nº 5.965/2010:

- a) prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação, dentre os quais o conluio entre empresas;
- b) apresentação de documentos fraudulentos, adulterados, falsos ou falsificados nas licitações ou na execução do contrato, incluindo o Cadastro Unificado de Fornecedores -CADUF;
- c) condenação definitiva pela prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos relacionados ao contrato;
- d) quando o fornecedor paralisar serviço, obra ou fornecimento de bens sem justa motivação e prévia comunicação à Administração;
- e) entrega de objeto contratual falsificado ou adulterado;
- f) prática de sérios atos de inexecução contratual ou de ilícitos administrativos graves; ou
- g) recebimento pela segunda vez de penalidade sancionada na forma do inciso III, em prazo inferior a quarenta e oito meses.

37.25. Nos casos de recebimento pela segunda vez de penalidade sancionada na forma do inciso IV, do art.19, do Decreto Estadual nº 5.965/2010 ocorridas no período de até sessenta meses, desde que a primeira sanção tenha sido aplicada na gradação máxima, poderá a segunda sanção ser majorada para até cinco anos, quando a última sanção decorra de conduta praticada na modalidade Pregão.

37.26. A partir da terceira conduta sancionada na forma do inciso IV, do art.19, do Decreto Estadual nº 5.965/2010 ocorridas no período de até sessenta meses, qualquer que tenha sido a pena aplicada, poderá a terceira sanção ser majorada para até cinco anos, quando a última sanção decorra de conduta praticada na modalidade Pregão.

37.27. Declaração de inidoneidade é a sanção que qualifica negativamente o fornecedor, impedindo-o de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção.

37.28. A declaração de inidoneidade só poderá ser aplicada para as condutas

previstas nas alíneas "a" a "g" do inciso IV, do § 1º, do art. 20, Decreto Estadual nº 5.965/2010 desde que existam prejuízos a serem ressarcidos à Administração.

37.29. A reabilitação do fornecedor perante a Administração se dará pelo cumprimento de obrigações de fazer, de pagar ou por ambas.

37.30. No ato da declaração de inidoneidade, a Administração deverá indicar desde já, para fins de reabilitação do licitante ou contratado, as obrigações de fazer ou o valor do ressarcimento e os critérios de correção nas obrigações de pagar.

37.31. A aplicação das sanções administrativas previstas nos incisos I a III do art. 17 do Decreto Estadual nº 5.965/2010, é atribuição da autoridade competente, podendo ser delegada, e a sanção prevista no inciso IV do art. 17 é de competência exclusiva da autoridade superior.

37.32. A autoridade que aplicar as sanções estabelecidas neste Decreto determinará a publicação do extrato da decisão no Diário Oficial do Estado, no qual deverá conter as seguintes informações:

- a) nome do fornecedor e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas
- b) Jurídicas CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas -CPF;
- c) nome e CPF de todos os sócios;
- d) sanção aplicada, com os respectivos prazos de impedimento;
- e) órgão ou entidade e autoridade que aplicou a sanção; e
- f) número do processo.

38. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

38.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado;

38.2. O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados;

38.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o CONTRATANTE convocará o FORNECEDOR, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

38.4. Frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

38.5. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, a Procuradoria-Geral do Estado do Acre, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

39. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

39.1. Em conformidade com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá itens exclusivos e reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP.

39.2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração de enquadramento na referida situação para que possam ser adotadas as normas pertinentes às licitações estabelecidas na Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

40. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

40.1. Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações, Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 e suas alterações, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor e suas alterações, Decreto Estadual nº 5.967, de 30 de dezembro de 2010 e suas alterações, Decreto Estadual nº 5.965 de 30 de dezembro de 2010 e suas alterações, Decreto Estadual nº 4.767, de 06 de dezembro de 2019, Decreto nº 3.753, de 13 de agosto de 2019 e Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

41. DA GARANTIA CONTRATUAL

41.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução do contrato de seguro da frota porque o risco é praticamente inexistente, tendo em vista o histórico positivo de cumprimentos contratuais das seguradoras para com a Administração Pública em si, aliado a este fato, uma exigência de garantia contratual ainda poderia acabar encarecendo o valor da apólice

42. DA RESCISÃO CONTRATUAL

42.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

43. DAS DISPOSIÇÃO GERAIS

43.1. Todas as despesas relativas à execução do objeto, tais como: mão de obra, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais, etc., correrão por conta da Contratada;

43.2. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

43.3. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 8.666/1993, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

44. DO FORO

44.1. O FORO para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do Registro de Preços e das contratações dele decorrentes será o da Comarca de Rio Branco/AC, da Justiça Comum Estadual.



Documento assinado eletronicamente por **MAGNO DE SOUZA MELO**, Assessor Técnico, em 18/10/2023, às 13:40, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **8713785** e o código CRC **1FEDC857**.

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

* MINUTA DE DOCUMENTO

CONTRATO Nº XX/2023

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO
ACRE - PGE/AC E A
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

PROCESSO/SEI Nº 0056.001012.00035/2023-68

O ESTADO DO ACRE, por intermédio da PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, inscrita no CNPJ nº 04.088.258/0001-42, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 2.852, Bairro Bosque, em Rio Branco/AC, CEP 69.900-589, neste ato representado por seu DIRETOR-GERAL, o Senhor RÁICRI BARROS DE OLIVEIRA, nomeado pela Portaria nº 55, de 04 de janeiro de 2023, publicada no DOE nº 13.445-B de 04 de janeiro de 2023, brasileiro, inscrito no CPF nº 622.042.972-91, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na (endereço), neste ato representada por _____, (nacionalidade), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na (endereço), simplesmente denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº __/__, constante no Processo/SEI nº 0056.001012.00035/2023-68, para a prestação de serviço de seguro total para os veículos da frota da Procuradoria-Geral do Estado do Acre, com assistência 24 horas, cobertura compreensiva (colisão, incêndio, roubo, furto e RCF - V), danos materiais e danos corporais, danos morais, acidentes pessoais por passageiros, franquia reduzida, franquia para vidros, e retrovisores, sujeitando-se às normas da Lei nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 4.767/2019, Decreto Estadual nº 5.967/2010, aplicando-se subsidiariamente a Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 8.078/1990, Código de Defesa do Consumidor e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, e as seguintes cláusulas a seguir enumeradas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviço de seguro total para os veículos da frota da Procuradoria-Geral do Estado do Acre, com assistência 24 horas, cobertura compreensiva (colisão, incêndio, roubo, furto e RCF - V), danos materiais e danos corporais, danos morais, acidentes pessoais por passageiros, franquia reduzida, franquia para vidros, e retrovisores, conforme especificações abaixo elencadas:

ITEM	DESCRIÇÃO	ANO/MODELO	PLACA	CHASSI	Unid.	QUANT.	FRANQUIA
1	TOYOTA COROLLA SEDAN COROLLA XEI 1.8 FLEX 16V - 4PORTAS - AUTOMÁTICO - ALCOOL/GASOLINA	2009/2009	MZQ1252	9BRBB48E995059356	Unid.	1	
2	TOYOTA COROLLA SEDAN ALTIS PREMIUM HYBRID 1.8 16V 4P FLEX AUT - 4PORTAS GASOLINA/ALCOOL/ELÉTRICO	2022/2023	QWQ6D70	9BRBY3BE6P4043197	Unid.	1	
3	TOYOTA ETIOS SEDAN X 1.5 FLEX 16V - 4PORTAS - MANUAL - ALCOOL/GASOLINA	2018/2018	QLY7921	9BRB29BT3J2199591	Unid.	1	
4	MITSUBISHI L-200 TRITON GL SPORT 4X4 2.4 16V - DIESEL S10 - MANUAL	2021/2022	QLX1B25	93XLJKL1TNCM42727	Unid.	1	
5	TOYOTA HILUX SRV 4X4 2.8 TDI 4P AUT 16V TURBO - ZERO QUILOMETRO - DIESEL - AUTOMATICO	2022/2023	QWO6E97	8AJBA3CD9R1792757	Unid.	1	
VALOR TOTAL DO SEGURO							R\$

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor global do presente Contrato é de R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX);

2.2. No valor contratado já estão inclusos todos os custos e despesas tais como, diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguro, treinamentos, lucro e outros necessários ao cumprimento do objeto do Contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes do objeto desta contratação, ocorrerão por conta dos recursos consignados conforme a seguir:

Cód. Órgão / Unidade Executora	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor Estimado
TOTAL				

4. CLÁUSULA QUARTA - DO EMPENHO DA DESPESA

4.1. Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente Contrato estão regularmente inscritos na(s) Nota(s) de Empenho(s) abaixo, correspondente(s) ao exercício em curso:

Nº Empenho	Data	Valor (R\$)	Natureza de Despesa (ND)

5. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1. O Contrato deverá ter vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura, garantindo-se todas as coberturas previstas no Termo.

5.2. A prorrogação poderá ser admitida nos termos do art. 57 da Lei 8.666/1993, mediante prévia justificativa e autorização da autoridade competente, devendo ser precedida, ainda, de manifestação da Procuradoria-Geral do Estado do Acre.

5.3. Ocorrendo a hipótese prevista no inc. II do art. 57 da Lei 8666/1993, a duração do Contrato poderá sofrer prorrogação por sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, desde que cumpridas as formalidades acima indicadas e demonstrado, nos autos, que a medida importará em obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Não será exigida a garantia contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento dos materiais efetivamente fornecidos será creditado em nome da CONTRATADA, em conta corrente por ela indicada, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária, uma vez satisfeitas as formalidades previstas nos arts. 5º, 73 e 15, § 8º, da Lei 8.666/1993 e, ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 40, XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, contado do devido ateste da Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser efetuado pela fiscalização do contrato em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação dos documentos de cobrança;

7.2. A empresa CONTRATADA deverá comprovar por evento do pagamento a regularidade junto à Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho, Receita Federal, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal. Tal exigência tem amparo legal no §3º do Art. 195 da Constituição Federal e nos Art.s 29, incs. III e IV, e 55, Inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993. (TCU, Acórdão nº 119/2011, Plenário, Rel. Min. José Jorge, DOU de 02.02.2011);

- 7.3. Caso fique constatada a situação irregular da CONTRATADA a mesma deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pelo CONTRATANTE, a sua regularização;
- 7.4. Permanecendo a situação irregular da CONTRATADA, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de cinco dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;
- 7.5. O prazo estipulado no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE;
- 7.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pelo CONTRATANTE, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 7.7. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa;
- 7.8. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente. Caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal serão adotados os procedimentos legais para rescisão contratual e aplicação das penalidades cabíveis e previstas em lei. (art. 80, inciso IV, cumulado com art. 79, inciso I, ambos da Lei nº 8.666/1993);
- 7.9. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente;
- 7.10. Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança;
- 7.11. No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignada no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciadas, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei;
- 7.12. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;
- 7.13. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ com que foi cadastrado no sistema eletrônico e constante na Nota de Empenho, que devem coincidir com os dados contidos nos documentos relativos à habilitação, bem como contidos na proposta, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz, devendo ser entregue juntamente com o serviço;
- 7.14. A alteração de CNPJ de matriz para filial ou vice-versa poderá ocorrer por meio de Termo Aditivo, com fulcro no inciso I do art. 58 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- 7.15. A Nota fiscal/Fatura deverá ser emitida em nome da:
Procuradoria-Geral do Estado;
CNPJ: 04.088.258/0001-42;
Av. Getúlio Vargas 2852, bairro Bosque;
Rio Branco - AC;
CEP: 69.900-589.
- 7.16. A Nota Fiscal deverá ser eletrônica (NF-e), conforme o Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, do qual o Estado do Acre é signatário;
- 7.17. A Nota Fiscal deverá ser preenchida conforme a Instrução Normativa nº 002/2013, da Controladoria-Geral do Estado do Acre;
- 7.18. A Nota Fiscal/Fatura apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescendo-se no prazo fixado para pagamento os dias que transcorrerem entre a data da devolução e a efetiva reapresentação;
- 7.19. A fornecedora indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
- 7.20. No caso de atraso de pagamento, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em termos de juros simples;
- 7.21. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:
EM = Encargos moratórios;
VP = Valor da parcela em atraso;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
 $I = (TX/100) / 365$ = Índice de atualização financeira = $[(6/100)/365]$ = 0,00016438;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6% (seis por cento).
- 7.22. O CONTRATANTE poderá reduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos e indenizações devidas pela CONTRATADA em decorrência do descumprimento ou cumprimento apenas parcial do CONTRATO. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente, se necessário;
- 7.23. O eventual desconto sobre qualquer valor devido à CONTRATADA será precedido de contraditório e ampla defesa;

8. CLÁUSULA OITAVA - DA MODALIDADE DE SEGURO DE AUTOMÓVEL

- 8.1. Pelo Contrato de seguro, a Sociedade Seguradora se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo da Procuradoria-Geral do Estado do Acre - PGE, relativo aos automóveis indicados no ITEM 1 deste Termo, contra riscos indicados em apólice, observadas as especificações mínimas abaixo:
- 8.1.1. A Sociedade Seguradora, quando da apresentação da proposta deverá fazê-la na modalidade de "valor de mercado referenciado", entendida como aquela que garante ao segurado, no caso de indenização integral por danos causados ao veículo segurado, o pagamento de quantia variável, em moeda corrente nacional, determinada de acordo com tabela de referência, conjugada com fator de reajuste, em percentual, a ser aplicado sobre o valor de cotação do veículo, na data da liquidação do sinistro;
- 8.1.2. A tabela de referência utilizada para cotação dos veículos será a Tabela divulgada mensalmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE);
- 8.1.3. Caso a tabela de referência FIPE deixe de ser publicada, ou seja, suspensa, será automaticamente substituída pela segunda tabela de referência, doravante, tabela substituta, que deverá ser indicada na proposta e na apólice de seguro;
- 8.1.4. A proposta deverá considerar como Fator de Ajuste o percentual de 100% (cem por cento) do valor indicado na tabela de referência ou na tabela substituta para fins de cálculo do valor da indenização na ocasião do pagamento do sinistro.

9. CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E PRAZOS DE EXECUÇÃO

- 9.1. A apólice será recebida, provisoriamente, pelo Núcleo de Transportes da Procuradoria do Estado do Acre - PGE, no endereço a Avenida Getúlio Vargas, nº 2852, Bosque Rio Branco - Acre, CEP: 69.900.589, para verificação da adequação do objeto às especificações exigidas no Termo de Referência;
- 9.2. Após verificada a conformidade com as especificações técnicas, a apólice será recebida definitivamente, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou atesto no documento de cobrança, que será remetido ao setor competente para pagamento;
- 9.3. A CONTRATADA deverá na execução dos serviços, respeitar os prazos de execução conforme evento/sinistros, nos prazos máximos em dias corridos especificados abaixo:

- a) Entrega da apólice: 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho;
- b) Alterações na apólice: 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial da solicitação pelo CONTRATANTE;
- c) Pagamento de indenizações em decorrência de sinistros em geral: 30 (trinta) dias, contados da data do sinistro, devidamente informados/documentado pelo CONTRATANTE;
- d) Pagamento de indenizações nos casos de roubo, furto ou incêndio: 30 (trinta) dias, contados do aviso às autoridades policiais, desde que o veículo não tenha sido apreendido ou localizado oficialmente mediante comprovação hábil.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DOS SINISTROS

10.1. Dos Riscos Cobertos: "SEGURO TOTAL". O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

- 10.1.1. Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros;
- 10.1.2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento;
- 10.1.3. Raios e suas consequências;
- 10.1.4. Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- 10.1.5. Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo;
- 10.1.6. Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- 10.1.7. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- 10.1.8. Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado;
- 10.1.9. Granizo, ventos fortes, terremoto e demais eventos afins;
- 10.1.10. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- 10.1.11. Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, sem pagamento de franquia;
- 10.1.12. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF - Danos Pessoais);
- 10.1.13. Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica;
- 10.1.14. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

- a) Chaveiro;
- b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo CONTRATANTE;
- c) Transporte da pessoa por imobilização do veículo segurado;
- d) Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo;
- e) Socorro mecânico emergencial no local;
- f) Troca de pneus, remendo de pneus e troca de lâmpadas;
- g) Disponibilidade de carro reserva por um período mínimo de 30 (trinta) dias.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA APÓLICE E AVALIAÇÃO DE RISCO

- 11.1. A apólice referente a contratação em tela terá vigência por 12 (doze) meses, a contar das 24h (vinte e quatro) horas do dia da sua emissão;
- 11.2. A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para ao CONTRATANTE;
- 11.3. Deverá constar na apólice:
 - a) identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;
 - b) indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação;
 - c) indicação de fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100% (cem por cento);
 - d) prêmios discriminados por cobertura.

- 11.4. Deverá ser estabelecido prazo para a liquidação dos sinistros, limitado a 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega de todos os documentos básicos;
- 11.5. Apólice de seguro deverá atender às disposições do Decreto-Lei nº 73/1966 e, em especial a regulamentação das Circulares SUSEP nº 256/04 (alterada pelas circulares SUSEP nº 270, nº 278/2004 e nº 269/2004).
- 11.6. Os veículos são conduzidos por servidores ou motoristas contratados, de acordo com suas devidas categorias e permanecem recolhidos em estacionamentos fechados e privativos com segurança patrimonial permanente;
- 11.7. Diante das informações fornecidas nos itens acima e, devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRANQUIA

- 12.1. As franquias deverão ser reduzidas e os seus valores deverão constar, obrigatoriamente, na proposta e na apólice, não devendo exceder os limites máximos estabelecidos abaixo:
- 12.2. Para os veículos que constam nos itens 01,02 e 03 do Item 1 desse Termo o limite máximo de R\$ 3.000,00 (três mil reais);
- 12.3. Para os veículos que constam nos itens 04, e 05 do Item 1 desse Termo o limite máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil), podendo ser ofertado, de acordo com análise por veículos, franquias de valores menores.
- 12.4. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);
- 12.5. Os valores das franquias para ocorrência de sinistros com substituição unicamente de itens como para-brisa frontal, vidro traseiro, faróis, faróis de LED, faróis de milha, lanternas, retrovisores e deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, não podendo exceder o valor máximo de franquia correspondente, conforme tabelas abaixo:
 - 12.5.1. Peças;
 - a) Vidro laterais: R\$ 250,00;
 - b) Para-brisa e vidro Traseiro: R\$ 550,00;
 - c) Farol, Farol de Milha, Lanternas e retrovisores: R\$ 350,00;

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INCLUSÃO, EXCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO

- 13.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou a contratação;
- 13.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer;
- 13.3. Caberá ao CONTRATANTE, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor;

13.4. Havendo necessidade de exclusão, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a aplicação da fórmula:

13.5. $X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

13.6. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo CONTRATANTE à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento;

13.7. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante depósito na conta do Órgão CONTRATANTE, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado à Procuradoria-Geral do Estado do Acre.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ENDOSSO

14.1. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo CONTRATANTE e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes neste Termo;

14.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice;

14.3. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do Contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ASSISTÊNCIA

15.1. A CONTRATADA deverá prestar serviços de assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ilimitado em caso de panes ou acidentes, e cobertura de vidros;

15.2. A assistência estender-se-á todo o território nacional, sem aplicações de franquias quilométricas ou taxas extras para os serviços de cobertura, guincho ou reboque;

15.3. A CONTRATADA deverá possuir uma representação (corretor de seguros) 24 (vinte e quatro) horas por dia disponível para, em casos de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento;

15.4. Da Assistência Técnica 24 horas:

15.4.1. A proposta deverá conter serviços de Assistência Técnica 24h, em caso de acidente, roubo, furto, enchente, incêndio ou pane do veículo segurado (cobertura compreensiva).

15.4.2. O Contrato deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes serviços:

a) Reparo no local;

b) Reboque;

c) Chaveiro.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA VISTORIA PRÉVIA

16.1. Havendo interesse, a empresa seguradora poderá realizar vistoria prévia dos veículos indicados no Item 1 deste Termo;

16.2. A vistoria não é condição obrigatória, responsabilizando-se a empresa segurada pela decisão de não vistoria;

16.3. As datas e horários deverão ser previamente agendados no NÚCLEO DE TRANSPORTES da Procuradoria do Estado do Acre - PGE, situada na Av. Getúlio Vargas, nº2852 - Bairro Bosque, Ac. CEP 69.900-589;

16.4. As empresas seguradoras têm o direito à vistoria prévia, porém, a interessada deverá decidir se arcará com o ônus de tal operação ou assumirá o risco de uma avaliação menos acurada;

16.5. É vedado à empresa vencedora fazer quaisquer reclamações posteriores ou requerer aditivos, alegando desconhecimento de detalhes específicos dos veículos segurados;

16.6. A empresa licitante que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do Contrato que vier a firmar;

16.7. A empresa que optar pelo disposto no item acima, aceitará tacitamente todas as condições e adversidades que possam existir para prestação do serviço licitado, sem nenhum ônus à Administração;

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA AVARIA E DO SINISTRO

17.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial;

17.2. Após procedimento de recuperação pelo CONTRATANTE, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria';

17.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral;

17.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, conforme item 17 deste Termo, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro;

17.5. A CONTRATADA deverá colocar à disposição do CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro;

17.6. A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional;

17.7. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado;

17.8. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas, após o aviso de sinistro.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - REGULAÇÃO DE SINISTRO

18.1. Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura;

18.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente;

18.3. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do CONTRATANTE;

18.4. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional;

18.5. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo do CONTRATANTE, não cabendo, pela CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço;

18.6. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA INDENIZAÇÃO

19.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora;

19.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora;

19.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa;

19.4. A indenização integral será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado;

19.5. Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas;

19.6. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do veículo e da sociedade seguradora.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

20.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além das obrigações resultantes da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Estaduais nº 5.967/2010 e nº 4.767/2019, e subsidiariamente da observância da Lei Federal nº 8.666/1993, as seguintes:

20.1.1. Efetuar o pagamento de acordo com o previsto neste Termo;

20.1.2. Exercer, a seu critério e através de servidor ou de pessoas previamente designadas, ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do Contrato;

20.1.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos pertinentes ao objeto deste Termo;

20.1.4. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

20.1.5. A área responsável pela atividade de transportes do CONTRATANTE comunicará à empresa, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;

20.1.6. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;

20.1.7. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

20.1.8. Comunicar oficialmente a CONTRATADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

20.1.9. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados.

20.1.10. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações deste instrumento e do Contrato;

20.1.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

20.1.12. O CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar nas Notas Fiscais, os débitos e multas da CONTRATADA previstas no Contrato, bem como os valores pagos a terceiros a título de ressarcimento de danos causados pela CONTRATADA.

20.1.13. Publicar o(s) preço(s), o(s) fornecedor(es) e as especificações resumidas do objeto, em forma de extrato, no Diário Oficial do Estado.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, além das obrigações resultantes da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Estaduais nº 5.967/2010 e nº 4.767/2019, e subsidiariamente da observância da Lei Federal nº 8.666/1993, as seguintes:

21.1.1. Cumprir integralmente os termos da proposta, as obrigações, os prazos e demais condições estabelecidos no Termo de Referência.

21.1.2. Credenciar, perante o CONTRATANTE, um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do Contrato, indicando nome, endereço e telefone de contato.

21.1.3. Cumprir os prazos e demais condições estabelecidos no Termo de Referência.

21.1.4. Manter durante todo o período de vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis.

21.1.5. Informar por escrito quaisquer alterações de telefone (fixo ou celular) e de e-mail da empresa, sendo que facultativamente esta informação poderá ser feita por meio eletrônico (e-mail, SMS ou Whatsapp) encaminhado exclusivamente ao endereço de e-mail ou telefone indicados pelo Gestor ou Fiscal do Contrato.

21.1.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo responsável pela Gestão/Fiscalização da execução do Contrato.

21.1.7. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus representantes/empregados, ou ainda por infrações à legislação em vigor, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

21.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

21.1.9. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Contrato firmado.

21.1.10. A CONTRATADA deverá manter as mesmas condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza sine qua non para a emissão de pagamento e aditivos de quaisquer naturezas.

21.1.11. Corrigir quaisquer falhas apontadas pela fiscalização do Contrato.

21.1.12. Caberá ainda à licitante vencedora as seguintes obrigações:

21.1.13. Emitir apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas, e contendo todos os dados dos veículos (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassi, região).

21.1.14. Garantir a seguridade dos veículos a partir da assinatura do Contrato.

21.1.15. Garantir o atendimento das responsabilidades civis por danos a terceiros.

21.1.16. Prestar os serviços de Assistência durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive a vídos.

21.1.17. Prestar o serviço de assistência durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive a vídos que tem por finalidade o atendimento do veículo assegurado e seus ocupantes, em situações de emergência e serão válidos em todo o Brasil, em caso de pane, acidente, roubo/furto do veículo.

21.1.18. Socorro mecânico emergencial no local do acidente.

21.1.19. Reboque do veículo (guincho abrangendo quilometragem livre).

21.1.20. Transporte dos ocupantes do veículo segurado até a residência (sede) do segurado.

21.1.21. Serviços de chaveiro.

21.1.22. Troca de pneus.

21.1.23. Envio de combustível.

21.1.24. Remoção para hospital ou domicílio do segurado por lesão.

21.1.25. Serviço de despachante.

21.1.26. Cobertura por perda parcial do veículo segurado e cobertura compreensiva 100% da tabela FIPE (seguro total).

21.1.27. Indenização integral por danos, roubo, furto qualificado ou incêndio observando os valores atualizados apurados na Tabela FIPE.

21.1.28. Cobertura por danos materiais e pessoais a terceiros.

21.1.29. Os preços serão de acordo com os valores vigentes no mercado, praticados pelas companhias de seguro, na data de apresentação das propostas, e neles deverão

estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, assim como a discriminação da franquia e do prêmio total aos veículos.

21.1.30. A CONTRATADA, deverá prover um número de chamada gratuita, para comunicação com o CONTRATANTE em casos de acidentes.

21.1.31. A CONTRATADA, deverá responder pelas demais causas legais que por ventura não foram relacionadas neste termo.

21.1.32. A CONTRATADA deverá responder pelas demais causas legais que por ventura não foram relacionadas neste termo mas que fazem parte das Condições Gerais do Seguro de Automóveis aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

21.1.33. A CONTRATADA permanecerá como única e total responsável perante a PGE/AC, pela cobertura do seguro contratado, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regulação dos sinistros porventura ocorridos e quanto ao pagamento da indenização devida.

21.1.34. As empresas executoras dos serviços deverão estar com a regularidade fiscal atualizada para pagamento da franquia.

21.1.35. A não regularidade fiscal das empresas executoras do serviço impossibilita o pagamento em seu CNPJ. Nesta situação a Seguradora contratada deverá emitir a Nota Fiscal, referente a franquia dos serviços executados, no seu próprio CNPJ.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

22.1. A gestão e a fiscalização do Contrato será efetuada por servidor designado da Procuradoria-Geral do Estado, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 8.666/1993 e a Instrução Normativa nº 001/2016 da Controladoria-Geral do Estado do Acre.

22.2. Acompanhar a execução físico-financeira do Contrato.

22.3. Atestar o recebimento e a qualidade dos bens de consumo contratados, se estes estiverem em conformidade com as especificações do respectivo objeto contratado.

22.4. Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução.

22.5. Requer formalmente ao setor competente, com antecedência, as prorrogações e aditivos necessários, devidamente justificados.

22.6. Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual, informando sobre paralisações ou suspensões que ocorram no Contrato.

22.7. Comunicar formalmente ao respectivo Gestor de Contrato e/ou Gestor de Convênio eventuais irregularidades, após ter notificado formalmente a CONTRATADA em caso de descumprimento de cláusulas contratuais e anotar, em formulário próprio, todas as ocorrências que julgar relevantes, relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

22.8. Zelar pela fiel execução do Contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais fornecidos e dos serviços prestados.

22.9. Efetuar relação entre os prazos de vigência do Contrato e os prazos de vigência de convênios, se estes forem interdependentes, se o Contrato for financiado com recursos de convênio.

22.10. Estabelecer, juntamente com respectivo gestor, cronograma de fiscalização.

22.11. Aplica-se aos Contratos de prestação de serviços, quando contínuos, o Art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA que:

- I - Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- II - ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III - falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- IV - comportar-se de modo inidôneo;
- V - cometer fraude fiscal;
- VI - não mantiver a proposta.

23.2. A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Suspensão; e
- IV - Declaração de inidoneidade.

23.3. Para efeito do disposto no subitem anterior serão utilizados os critérios e graus de infrações estabelecidos no Capítulo III, do Decreto Estadual 5.965/2010.

23.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:

23.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos;

23.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.5. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se os procedimentos previstos na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Estadual nº 5.965/2010.

23.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Estado do Acre, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Estado e cobrados judicialmente.

23.7. Caso o CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do Proponente, o Estado do Acre ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade;

23.10. Serão imediatamente incluídas no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria Geral da União - CEIS, constante no sítio www.portalttransparencia.gov.br, os fornecedores que forem sancionados com as penalidades de suspensão ou declaração de inidoneidade prevista no Decreto Estadual nº 5.965/2010.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

24.1. Da penalidade aplicada caberá recurso à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, obedecendo-se ao disposto no art. 24 do Decreto Estadual nº 5.965/10 e art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA RESCISÃO

25.1. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/1993, e alterações posteriores.

25.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

25.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e por escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78, da Lei nº 8.666/1993;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de contratação direta, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

25.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente:

I - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78, da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito ao pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão.

II - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

26.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES SUBJETIVAS

27.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do objeto;

28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

28.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

28.2. O Contrato poderá ser alterado, desde que verificado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

28.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

28.4. As supressões resultantes de acordos celebrados entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA- DA VINCULAÇÃO

29.1. O presente Instrumento de Contrato vincula-se, para os fins de direito, ao Termo de Referência, às justificativas apresentadas, à proposta da CONTRATADA e ao Edital, conforme o Processo nº 0056.001012.00035/2023-68.

30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

30.1. O procedimento desta contratação obedecerá integralmente a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações, Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 e suas alterações, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor e suas alterações, Decreto Estadual nº 5.967, de 30 de dezembro de 2010 e suas alterações, Decreto Estadual nº 5.965 de 30 de dezembro de 2010 e suas alterações, Decreto Estadual nº 4.767, de 06 de dezembro de 2019, Decreto nº 3.753, de 13 de agosto de 2019 e Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

31. CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

31.1. O presente instrumento contratual será publicado de forma resumida, por extrato no DOE, no prazo e na forma do artigo 26, caput, da Lei nº 8.666/1993.

32. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1. Todas as despesas relativas à execução do objeto, tais como: mão de obra, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais, etc., correrão por conta da CONTRATADA;

32.2. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

32.3. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 8.666/1993, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

33. CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

33.1. A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, combinado com inciso XII do artigo 55, do referido diploma legal.

34. CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

34.1. As partes, em comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Rio Branco/AC para toda e qualquer ação eventualmente proposta para dirimir dúvidas decorrentes do presente Contrato, atribuindo-lhe eficácia e força executiva extrajudicial.

E assim, por estarem às partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

RAICRI BARROS DE OLIVEIRA
Diretor-Geral
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXX
Representante legal
EMPRESA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____ CPF
:
Nome: _____ CPF
:



Documento assinado eletronicamente por **MAGNO DE SOUZA MELO**, Assessor Técnico, em 18/10/2023, às 15:43, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **8719599** e o código CRC **601F8F47**.

ANEXO III - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Ao.....

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____/____.

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, pelo preço global de R\$ _____ (_____), nos termos do Edital e seus Anexos.

O prazo de validade de nossa Proposta é de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte da prestação dos serviços, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

Tel/Fax: _____

CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

Cart. Ident nº: _____ Expedido por: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS

INSERIR A PLANILHA ORÇAMENTARIA AQUI

OBSERVAÇÃO:

Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET - CATMAT e as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 0056.001012.00035/2023-68

* MINUTA DE DOCUMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º ____/____

PROCESSO Nº 0056.001012.00035/2023-68

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de ____, o **ESTADO DO ACRE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, por intermédio da **PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE/AC**, inscrita no CNPJ nº 04.088.258/0001-42, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 2.852, Bairro do Bosque, CEP nº 69.900-589, Rio Branco - Acre, neste ato representada por seu **DIRETOR-GERAL**, o Senhor **RAICRI BARROS DE OLIVEIRA**, nomeado pela Portaria nº 55, de 04 de janeiro de 2023, publicada no DOE nº 13.445-B de 04 de janeiro de 2023, brasileiro, inscrito no CPF nº 622.042.972-91, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, nos termos do artigo 15, da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, da Lei nº 10.520/2002, e dos Decretos Estaduais nº 5.965/10, nº 5.967/2010 e nº 4.767/2019 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº ____-____ - CPL ____-, Processo SEI nº 0056.001012.00035/2023-68 e a respectiva homologação pelo Diretor-Geral, publicada no Diário Oficial do Estado nº ____-, página ____-, do dia ____-, **RESOLVE** registrar os preços de acordo com o Edital e seus anexos, que passam a fazer parte integrante desta Ata, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas em 1º lugar no certame.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para a prestação de serviço de seguro total para os veículos da frota da Procuradoria-Geral do Estado do Acre, com assistência 24 horas, cobertura compreensiva (colisão, incêndio, roubo, furto e RCF - V), danos materiais e danos corporais, danos morais, acidentes pessoais por passageiros, franquia reduzida, franquia para vidros, e retrovisores, conforme especificações e quantitativos discriminadas no Anexo Único do Termo de Referência, do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº xxx e Anexo Único desta Ata de Registro de Preços nº xxx.

2. DOS PREÇOS E DA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

2.1. O preço da Ata em epígrafe é R\$ xxx (____).

2.2. As despesas decorrentes da referida aquisição estão previstas no orçamento da Procuradoria-Geral do Estado.

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Fonte de Recurso:

3. DA VALIDADE DOS PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a 12 (doze) meses, conforme o estabelecido no Decreto Estadual nº 5.967/2010, alterado pelo Decreto Estadual nº 7.477/2014 e inciso III, § 3º do Art. 15 da Lei Federal nº 8.666/1993;

3.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR não estará obrigado a adquirir o produto objeto desta Ata, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR/DETENTOR DA ATA, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

3.3. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o FORNECEDOR assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

3.4. A contratação decorrente desta Ata será formalizada mediante Contrato ou instrumento equivalente a ser firmado entre a Procuradoria-Geral do Estado e a(s) empresa(s) vencedora(s) do certame no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis a contar da comunicação do ÓRGÃO GERENCIADOR;

3.5. Mediante a retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento de produto, estará caracterizado o compromisso de entrega dos produtos.

4. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado;

4.2. O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados;

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o beneficiário da Ata de Registro de Preços para negociar os preços, desde que comprovada a impossibilidade de cumprimento dos preços originais e constatada a vantagem da manutenção do compromisso em relação ao mercado e à realização de nova licitação;

4.4. Frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberada do compromisso assumido;

4.5. Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5. DOS VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA DA PGE

ITEM	DESCRIÇÃO	ANO/MODELO	PLACA	UND	QTD	COMBUSTÍVEL	CHASSI
1	TOYOTA COROLLA SEDAN XEI 1.8 16V FLEX AUT. - 4PORTAS - GASOLINA/ALCOOL - AUTOMÁTICO -	2009/2009	MZQ1252	Unid.	1	ALCOOL/GASOLINA	9BRBB48E995059356
2	TOYOTA COROLLA SEDAN ALTIS PREM.HYBRID 1.8 16V AUT. - 4PORTAS - GASOLINA/ALCOOL/ELETRICO - AUTOMÁTICO -	2022/2023	QWQ6D70	Unid.	1	GASOLINA/ALCOOL/ELÉTRICO	9BRBY3BE6P4043197
3	TOYOTA ETIOS SEDAN X 1.5 16V FLEX - 4PORTAS - GASOLINA/ALCOOL - MANUAL -	2018/2018	QLY7921	Unid.	1	ALCOOL/GASOLINA	9BRB29BT3J2199591
4	MITSUBISHI L200 PICK-UP CAB DUP SPORT TRITON GL 2.4 4X4 - 5 PASS - DIESEL - CÂMBIO MANUAL -	2021/2022	QLX1B25	Unid.	1	DIESEL S10	93XLJKL1TNCM42727
5	TOYOTA HILUX SRV 4X4 2.8 TDI 4P AUT 16V TURBO - ZERO QUILOMETRO - DIESEL	2022/2023	QW06E97	Unid.	1	DIESEL	8AJBA3CD9R1792757

6. DA MODALIDADE DE SEGURO DE AUTOMÓVEL

6.1. Pelo Contrato de seguro, a Sociedade Seguradora se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo da Procuradoria-Geral do Estado do Acre - PGE, relativo aos automóveis indicados no ITEM 5 deste Termo, contra riscos indicados em apólice, observadas as especificações mínimas abaixo:

6.1.1. A Sociedade Seguradora, quando da apresentação da proposta deverá fazê-la na modalidade de "valor de mercado referenciado", entendida como aquela que garante ao segurado, no caso de indenização integral por danos causados ao veículo segurado, o pagamento de quantia variável, em moeda corrente nacional, determinada de acordo com

tabela de referência, conjugada com fator de reajuste, em percentual, a ser aplicado sobre o valor de cotação do veículo, na data da liquidação do sinistro;

6.1.2. A tabela de referência utilizada para cotação dos veículos será a Tabela divulgada mensalmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE);

6.1.3. Caso a tabela de referência FIPE deixe de ser publicada, ou seja, suspensa, será automaticamente substituída pela segunda tabela de referência, doravante, tabela substituta, que deverá ser indicada na proposta e na apólice de seguro;

6.1.4. A proposta deverá considerar como Fator de Ajuste o percentual de 100% (cem por cento) do valor indicado na tabela de referência ou na tabela substituta para fins de cálculo do valor da indenização na ocasião do pagamento do sinistro.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E PRAZOS DE EXECUÇÃO

7.1. A apólice será recebida, provisoriamente, pelo Núcleo de Transportes da Procuradoria do Estado do Acre - PGE, no endereço a Avenida Getúlio Vargas, nº 2852, Bosque Rio Branco - Acre, CEP: 69.900.589, para verificação da adequação do objeto às especificações exigidas no Termo de Referência;

7.2. Após verificada a conformidade com as especificações técnicas, a apólice será recebida definitivamente, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou atesto no documento de cobrança, que será remetido ao setor competente para pagamento;

7.3. A CONTRATADA deverá na execução dos serviços, respeitar os prazos de execução conforme evento/sinistros, nos prazos máximos em dias corridos especificados abaixo:

a) Entrega da apólice: 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho;

b) Alterações na apólice: 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial da solicitação pelo CONTRATANTE;

c) Pagamento de indenizações em decorrência de sinistros em geral: 30 (trinta) dias, contados da data do sinistro, devidamente informados/documentado pelo CONTRATANTE;

d) Pagamento de indenizações nos casos de roubo, furto ou incêndio: 30 (trinta) dias, contados do aviso às autoridades policiais, desde que o veículo não tenha sido apreendido ou localizado oficialmente mediante comprovação hábil.

8. DOS SINISTROS

8.1. Dos Riscos Cobertos: "SEGURO TOTAL". O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

8.1.1. Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros;

8.1.2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento;

8.1.3. Raios e suas consequências;

8.1.4. Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

8.1.5. Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo;

8.1.6. Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado;

8.1.7. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

8.1.8. Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado;

8.1.9. Granizo, ventos fortes, terremoto e demais eventos afins;

8.1.10. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;

8.1.11. Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, sem pagamento de franquia;

8.1.12. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF - Danos Pessoais);

8.1.13. Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica;

8.1.14. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

a) Chaveiro;

b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo CONTRATANTE;

c) Transporte da pessoa por imobilização do veículo segurado;

d) Transporte das pessoas seguras por roubo ou furto do veículo.

e) Socorro mecânico emergencial no local.

f) Troca de pneus, remendo de pneus e troca de lâmpadas.

9. DA APÓLICE E AVALIAÇÃO DE RISCO

9.1. A apólice referente a contratação em tela terá vigência por 12 (doze) meses, a contar das 24h (vinte e quatro) horas do dia da sua emissão;

9.2. A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para o CONTRATANTE;

9.3. Deverá constar na apólice:

a) identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;

b) indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação;

c) indicação de fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100% (cem por cento);

d) prêmios discriminados por cobertura.

9.4. Deverá ser estabelecido prazo para a liquidação dos sinistros, limitado a 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega de todos os documentos básicos;

9.5. Apólice de seguro deverá atender às disposições do Decreto-Lei nº 73/1966 e, em especial a regulamentação das Circulares SUSEP nº 256/04 (alterada pelas circulares SUSEP nº 270, nº 278/2004 e nº 269/2004).

9.6. Os veículos são conduzidos por servidores ou motoristas contratados, de acordo com suas devidas categorias e permanecem recolhidos em estacionamentos fechados e privativos com segurança patrimonial permanente;

9.7. Diante das informações fornecidas nos itens acima e, devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

10. DA FRANQUIA

10.1. As franquias deverão ser reduzidas e os seus valores deverão constar, obrigatoriamente, na proposta e na apólice, não devendo exceder os limites máximos estabelecidos abaixo:

10.1.1. Para os veículos que constam nos itens 01,02 e 03 do Item 5 desse Termo o limite máximo de R\$ 3.000,00 (tres mil reais);

10.1.2. Para os veículos que constam nos itens 04, e 05 do Item 5 desse Termo o limite máximo de R\$5.000,00 (cinco mil), podendo ser ofertado, de acordo com análise por veículos, franquias de valores menores.

10.1.3. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

10.1.4. Os valores das franquias para ocorrência de sinistros com substituição unicamente de itens como para-brisa frontal, vidro traseiro, faróis, faróis de LED, faróis de milha, lanternas, retrovisores e deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, não podendo exceder o valor máximo de franquia correspondente, conforme tabelas abaixo:

- 10.1.5. Peças;
- a) Vidro laterais: R\$ 250,00;
 - b) Para-brisa e vidro Traseiro: R\$ 550,00;
 - c) Farol, Farol de Milha, Lanternas e retrovisores: R\$ 350,00;

11. DA INCLUSÃO, EXCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO

11.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluído, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou a contratação;

11.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer;

11.3. Caberá ao CONTRATANTE, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor;

11.4. Havendo necessidade de exclusão, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a aplicação da fórmula:

11.5. $X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

11.6. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo CONTRATANTE à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento;

11.7. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante depósito na conta do Órgão CONTRATANTE, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado à Procuradoria-Geral do Estado do Acre.

12. DO ENDOSSO

12.1. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo CONTRATANTE e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes neste Termo;

12.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice;

12.3. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do Contrato.

13. DA ASSISTÊNCIA

13.1. A CONTRATADA deverá prestar serviços de assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ilimitado em caso de panes ou acidentes, e cobertura de vidros;

13.2. A assistência estender-se-á todo o território nacional, sem aplicações de franquias quilométricas ou taxas extras para os serviços de cobertura, guincho ou reboque;

13.3. A CONTRATADA deverá possuir uma representação (corretor de seguros) 24 (vinte e quatro) horas por dia disponível para, em casos de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento;

13.4. Da Assistência Técnica 24 horas:

13.4.1. A proposta deverá conter serviços de Assistência Técnica 24h, em caso de acidente, roubo, furto, enchente, incêndio ou pane do veículo segurado (cobertura compreensiva).

13.4.2. O Contrato deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes serviços:

- a) Reparo no local;
- b) Reboque;
- c) Chaveiro.

14. DA VISTORIA PRÉVIA

14.1. Havendo interesse, a empresa seguradora poderá realizar vistoria prévia dos veículos indicados no Item 5 deste Termo;

14.2. A vistoria não é condição obrigatória, responsabilizando-se a empresa segurada pela decisão de não vistoria;

14.3. As datas e horários deverão ser previamente agendados no NÚCLEO DE TRANSPORTES da Procuradoria do Estado do Acre - PGE, situada na Av. Getúlio Vargas, nº2852 - Bairro Bosque, Ac. CEP 69.900-589;

14.4. As empresas seguradoras têm o direito à vistoria prévia, porém, a interessada deverá decidir se arcará com o ônus de tal operação ou assumirá o risco de uma avaliação menos acurada;

14.5. É vedado à empresa vencedora fazer quaisquer reclamações posteriores ou requerer aditivos, alegando desconhecimento de detalhes específicos dos veículos segurados;

14.6. A empresa licitante que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do Contrato que vier a firmar;

14.7. A empresa que optar pelo disposto no item acima, aceitará tacitamente todas as condições e adversidades que possam existir para prestação do serviço licitado, sem nenhum ônus à Administração;

15. DA AVARIA E DO SINISTRO

15.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial;

15.2. Após procedimento de recuperação pelo CONTRATANTE, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da Cláusula de Avaria;

15.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de indenização Integral;

15.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, conforme item 15 deste Termo, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro;

15.5. A CONTRATADA deverá colocar à disposição do CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro;

15.6. A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional;

15.7. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado;

15.8. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas, após o aviso de sinistro.

16. REGULAÇÃO DE SINISTRO

16.1. Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as

circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura;

16.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente;

16.3. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do CONTRATANTE;

16.4. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional;

16.5. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo do CONTRATANTE, não cabendo, pela CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço;

16.6. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

17. DA INDENIZAÇÃO

17.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora;

17.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora;

17.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa;

17.4. A indenização integral será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado;

17.5. Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas;

17.6. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do veículo e da sociedade seguradora.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento dos serviços efetivamente executados será creditado em nome da CONTRATADA, em conta corrente por ela indicada, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária, uma vez satisfeitas as formalidades previstas nos arts. 5º, 73 e 15, § 8º, da Lei nº 8.666/1993 e, ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, nos termos do art. 40, XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, contado do devido ateste da Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser efetuado pela fiscalização do Contrato em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação dos documentos de cobrança;

18.2. A nota fiscal deverá ser preenchida em nome da Procuradoria-Geral do Estado do Acre, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº. 2852, Bosque, Rio Branco-AC, CEP 69.900-589, CNPJ nº 04.088.258/0001-42;

18.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;

18.4. A cada pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista nos termos da legislação de regência;

18.5. A CONTRATADA regularmente inscrita no SIMPLES NACIONAL, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 não sofrerá retenção tributária prevista na legislação aplicável. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

18.6. Em caso de irregularidade na documentação pertinente à regularidade fiscal e/ou trabalhista da CONTRATADA, o CONTRATANTE concederá o prazo de 10 (dez) dias para sua regularização. Após o transcurso deste, sem que a CONTRATADA tenha regularizado sua documentação, o Contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, com a aplicação de possíveis penalidades;

18.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA;

18.8. No caso de atraso de pagamento, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em termos de juros simples.

18.9. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:

EM = VP x N x I, onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = (TX/100) / 365 = Índice de atualização financeira;

= [(6/100)/365] = 0,00016438.

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6% (seis por cento);

18.10. Os valores a serem pagos pelo CONTRATANTE corresponderão exclusivamente aos produtos comprovadamente entregues pela CONTRATADA.

19. DA NOTA FISCAL

19.1. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ indicado na proposta de preços e nos documentos de habilitação, bem como na Nota de Empenho, e deverá conter o detalhamento dos materiais e os valores destacados das retenções;

19.2. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da:

Procuradoria-Geral do Estado;

CNPJ: 04.088.258/0001-42;

Av. Getúlio Vargas 2852, bairro Bosque;

Rio Branco - AC;

CEP nº 69.900-589.

19.3. A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica - (NF-e), conforme Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, do qual o Estado do Acre é signatário;

19.4. A nota fiscal ou fatura deverá ser preenchida em conformidade com os artigos 18 e 19 da Instrução Normativa CGE/AC nº 002/2013 de 27 de maio de 2013;

19.5. A nota fiscal/fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

20. DO(S) DETENTOR (ES) DA ATA REGISTRADO(S), DOS PREÇOS E DOS ITENS DE FORNECIMENTO

20.1. Os preços ofertados pela empresa classificada em primeiro lugar, por objeto/item, signatárias da presente Ata de Registro de Preços constam do "Anexo Único", que constitui anexo à presente Ata de Registro de Preços.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, além das obrigações resultantes da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Estaduais nº 5.967/2010 e nº 4.767/2019, e subsidiariamente da observância da Lei Federal nº 8.666/1993, as seguintes:

21.1.1. Cumprir integralmente os termos da proposta, as obrigações, os prazos e demais condições estabelecidos no Termo de Referência.

21.1.2. Credenciar, perante o CONTRATANTE, um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do Contrato, indicando nome, endereço e telefone de contato.

- 21.1.3. Cumprir os prazos e demais condições estabelecidos neste no de Referência.
- 21.1.4. Manter durante todo o período de vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis.
- 21.1.5. Informar por escrito quaisquer alterações de telefone (fixo ou celular) e de e-mail da empresa, sendo que facultativamente esta informação poderá ser feita por meio eletrônico (e-mail, SMS ou Whatsapp) encaminhado exclusivamente ao endereço de e-mail ou telefone indicados pelo Gestor ou Fiscal do Contrato.
- 21.1.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo responsável pela Gestão/Fiscalização da execução do Contrato.
- 21.1.7. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus representantes/empregados, ou ainda por infrações à legislação em vigor, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 21.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 21.1.9. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Contrato firmado.
- 21.1.10. A CONTRATADA deverá manter as mesmas condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza sine qua non para a emissão de pagamento e aditivos de quaisquer naturezas.
- 21.1.11. Corrigir quaisquer falhas apontadas pela fiscalização do Contrato.
- 21.1.12. Caberá ainda à licitante vencedora as seguintes obrigações:
- 21.1.13. Emitir apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas, e contendo todos os dados dos veículos (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassi, região).
- 21.1.14. Garantir a seguridade dos veículos a partir da assinatura do Contrato.
- 21.1.15. Garantir o atendimento das responsabilidades civis por danos a terceiros.
- 21.1.16. Prestar os serviços de Assistência durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive a vídos.
- 21.1.17. Prestar o serviço de assistência durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive a vídos que tem por finalidade o atendimento do veículo assegurado e seus ocupantes, em situações de emergência e serão válidos em todo o Brasil, em caso de pane, acidente, roubo/furto do veículo.
- 21.1.18. Socorro mecânico emergencial no local do acidente.
- 21.1.19. Reboque do veículo (guincho abrangendo quilometragem livre).
- 21.1.20. Transporte dos ocupantes do veículo segurado até a residência (sede) do segurado.
- 21.1.21. Serviços de chaveiro.
- 21.1.22. Troca de pneus.
- 21.1.23. Envio de combustível.
- 21.1.24. Remoção para hospital ou domicílio do segurado por lesão.
- 21.1.25. Serviço de despachante.
- 21.1.26. Cobertura por perda parcial do veículo segurado e cobertura compreensiva 100% da tabela FIPE (seguro total).
- 21.1.27. Indenização integral por danos, roubo, furto qualificado ou incêndio observando os valores atualizados apurados na Tabela FIPE.
- 21.1.28. Cobertura por danos materiais e pessoais a terceiros.
- 21.1.29. Os preços serão de acordo com os valores vigentes no mercado, praticados pelas companhias de seguro, na data de apresentação das propostas, e neles deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, assim como a discriminação da franquia e do prêmio total aos veículos.
- 21.1.30. A CONTRATADA, deverá prover um número de chamada gratuita, para comunicação com o CONTRATANTE em casos de acidentes.
- 21.1.31. A CONTRATADA, deverá responder pelas demais causas legais que por ventura não foram relacionadas neste termo.
- 21.1.32. A CONTRATADA deverá responder pelas demais causas legais que por ventura não foram relacionadas neste termo mas que fazem parte das Condições Gerais do Seguro de Automóveis aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados- SUSEP.
- 21.1.33. A CONTRATADA permanecerá como única e total responsável perante a PGE/AC, pela cobertura do seguro contratado, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e prestação no atendimento, principalmente quando da regulação dos sinistros porventura ocorridos e quanto ao pagamento da indenização devida.
- 21.1.34. As empresas executoras dos serviços deverão estar com a regularidade fiscal atualizada para pagamento da franquia.
- 21.1.35. A não regularidade fiscal das empresas executoras do serviço impossibilita o pagamento em seu CNPJ. Nesta situação a Seguradora contratada deverá emitir a Nota Fiscal, referente a franquia dos serviços executados, no seu próprio CNPJ.

22. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 22.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além das obrigações resultantes da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Estaduais nº 5.967/2010 e nº 4.767/2019, e subsidiariamente da observância da Lei Federal nº 8.866/1993, as seguintes:
- 22.1.1. Efetuar o pagamento de acordo com o previsto neste Termo;
- 22.1.2. Exercer, a seu critério e através de servidor ou de pessoas previamente designadas, ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do Contrato;
- 22.1.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos pertinentes ao objeto deste termo;
- 22.1.4. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 22.1.5. A área responsável pela atividade de transportes do CONTRATANTE comunicará à empresa, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 22.1.6. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
- 22.1.7. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;
- 22.1.8. Comunicar oficialmente a CONTRATADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
- 22.1.9. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 22.1.10. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações deste instrumento e do Contrato;
- 22.1.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 22.1.12. O CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar nas Notas Fiscais, os débitos e multas da CONTRATADA previstas no Contrato, bem como os valores pagos a terceiros a título de ressarcimento de danos causados pela CONTRATADA.
- 22.1.13. Publicar o(s) preço(s), o(s) fornecedor(es) e as especificações resumidas do objeto, em forma de extrato, no Diário Oficial do Estado.

23. DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

- 23.1. Fica autorizada adesão à Ata de Registro de Preços decorrentes do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº XXX CPL XX, nos termos do art. 11 do Decreto Estadual 5.967, de 30 de dezembro de 2010, alterado pelo Decreto Estadual nº 7.477 de 25 de abril de 2014;

23.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

23.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador;

23.4. As adesões à Ata de Registro de Preços são limitadas, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem;

23.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

23.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão participante deverá efetivar a contratação solicitada, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

24. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

24.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento de produto, no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público.

24.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR;

24.3. A CONTRATADA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a Administração do Órgão, garantida a prévia defesa, aplicará à(s) fornecedor(es) as sanções previstas no Edital e seus anexos. É o seguinte:

25.2. A CONTRATADA que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o presente Contrato, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste termo, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no Decreto Estadual nº 5.965/10 e será descredenciado do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre;

25.3. A CONTRATADA será responsável por quaisquer falhas que importem em prejuízo à Administração ou terceiros, durante o prazo de garantia do(s) item(ns), devendo providenciar a troca do(s) mesmo(s), sob pena de ser considerado como inexecução parcial do Contrato;

25.4. Será a empresa responsabilizada administrativamente por falhas ou erros na execução que vierem a acarretar prejuízos ao CONTRATANTE, sem exclusão da responsabilidade criminal e civil por danos morais ou físicos a terceiros, nos termos da Lei;

25.5. Aos fornecedores que praticarem ilícitos administrativos na licitação, no procedimento de dispensa ou inexigibilidade licitatória e nos Contratos, serão aplicadas as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão;
- IV - declaração de inidoneidade.

25.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observado o princípio da proporcionalidade;

25.7. Quando o fornecedor, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica duas ou mais infrações administrativas, idênticas ou não, as penas aplicadas serão cumuladas, respeitados os limites máximos de:

- I - Dois anos para as licitações realizadas nas modalidades convite, tomada de preços, concorrência, concurso e leilão, para os seus respectivos Contratos e para os Contratos decorrentes de procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação; e
- II - Cinco anos para as licitações realizadas na modalidade pregão e para os seus respectivos Contratos.

25.8. A advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor, em decorrência de atos menos graves e que ocasionem menores riscos para a Administração e, se for o caso, conferindo prazo para a adoção de medidas corretivas cabíveis;

25.9. A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será aplicada nos seguintes limites máximos:

- I - 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;
- II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada, observado o disposto no § 5º, do art. 19, do Decreto Estadual nº 5.965/10 a partir do trigésimo primeiro dia;
- III - 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II do art. 19, do Decreto Estadual nº 5.965/2010;
- IV - 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame, tais como:

- a) proposição de recursos manifestamente protelatórios;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- d) não cumprimento dos requisitos de habilitação na modalidade pregão, embora o licitante tenha declarado previamente no certame que os cumpria;
- e) não apresentação da nova proposta no prazo estabelecido, na modalidade pregão, consoante valor ofertado nas fases de lances ou de negociação; e
- f) tumultuar a sessão pública da licitação.

- V - 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta vencedora, ou sua correspondente nas dispensas e inexigibilidades de licitação, em caso de recusa injustificada em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração ou pelo descumprimento de qualquer cláusula pactuada, à exceção do descumprimento do prazo de realização ou entrega do objeto;

25.10. A multa será executada com a observação da seguinte ordem:

- I - Mediante desconto no valor da garantia da proposta ou do Contrato;
- II - Mediante desconto no valor das parcelas devidas à CONTRATADA; e
- III - Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

25.11. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, se houver, além da perda desta, responderá à CONTRATADA pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e com aplicação de juros, fixados segundo os índices e taxas

utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Fazenda Pública estadual, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente;

25.12. O atraso para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do ilícito administrativo, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte;

25.13. Em despacho com fundamentação sumária poderá ser relevado o atraso não superior a cinco dias;

25.14. Decorridos trinta dias de atraso na execução do objeto do Contrato, a nota de empenho será cancelada e o Contrato rescindido, exceto na existência de justificado interesse do órgão ou entidade CONTRATANTE em admitir atraso superior a trinta dias, que será penalizado na forma do inciso II, do caput. § 6º do art. 19, do Decreto Estadual nº 5.965/2010;

25.15. As penalidades de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas conjuntamente com a de multa;

25.16. Suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, por prazo não superior a dois anos, podendo chegar a cinco anos em se tratando da modalidade pregão;

25.17. A suspensão temporária impedirá o fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública, e será aplicada, dentre outros, nos seguintes casos e períodos:

25.18. Por até trinta dias:

- a) quando vencido o prazo de advertência para cumprimento de obrigação, o fornecedor permanecer inadimplente; ou
- b) quando o fornecedor deixar de entregar, no prazo estabelecido pela Administração, os documentos exigidos.

25.19. De trinta dias a seis meses conforme art. 19, do Decreto Estadual nº 5.965/2010:

- a) para o fornecedor que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o Contrato;
- b) recebimento de duas penalidades de advertência, em prazo inferior a doze meses;
- c) recebimento pela segunda vez da penalidade sancionada na forma do inciso I, em prazo inferior a vinte quatro meses;
- d) recebimento de uma segunda penalidade de multa, por qualquer uma das seguintes condutas: - atraso na execução do objeto; e - alteração da sua quantidade ou qualidade.

25.20. De seis a doze meses, conforme art. 19, do Decreto Estadual nº 5.965/10 nas situações de:

- a) retardamento imotivado na execução de serviço, obra e fornecimento de bens;
- b) que implique em necessária rescisão contratual;
- c) não pagamento da pena de multa no prazo estabelecido;
- d) nas situações bem que não for possível o desconto da garantia ou dos créditos decorrentes de parcelas executadas; ou
- e) recebimento pela segunda vez de penalidade sancionada na forma do inciso II, em prazo inferior a trinta e seis meses.

25.21. De doze a vinte e quatro meses, conforme art. 19, do Decreto Estadual nº 5.965/2010:

- a) prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação, dentre os quais o conluio entre empresas;
- b) apresentação de documentos fraudulentos, adulterados, falsos ou falsificados nas licitações ou na execução do Contrato, incluindo o Cadastro Unificado de Fornecedores -CADUF;
- c) condenação definitiva pela prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos relacionados ao Contrato;
- d) quando o fornecedor paralisar serviço, obra ou fornecimento de bens sem justa motivação e prévia comunicação à Administração;
- e) entrega de objeto contratual falsificado ou adulterado;
- f) prática de sérios atos de inexecução contratual ou de ilícitos administrativos graves; ou
- g) recebimento pela segunda vez de penalidade sancionada na forma do inciso III, em prazo inferior a quarenta e oito meses.

25.22. Nos casos de recebimento pela segunda vez de penalidade sancionada na forma do inciso IV, do art.19, do Decreto Estadual nº 5.965/2010 ocorridas no período de até sessenta meses, desde que a primeira sanção tenha sido aplicada na gradação máxima, poderá a segunda sanção ser majorada para até cinco anos, quando a última sanção decorra de conduta praticada na modalidade Pregão;

25.23. A partir da terceira conduta sancionada na forma do inciso IV, do art.19, do Decreto Estadual nº 5.965/2010 ocorridas no período de até sessenta meses, qualquer que tenha sido a pena aplicada, poderá a terceira sanção ser majorada para até cinco anos, quando a última sanção decorra de conduta praticada na modalidade Pregão;

25.24. Declaração de inidoneidade é a sanção que qualifica negativamente o fornecedor, impedindo-o de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção;

25.25. A declaração de inidoneidade só poderá ser aplicada para as condutas previstas nas alíneas "a" a "g" do inciso IV, do § 1º, do art. 20, Decreto Estadual nº 5.965/2010 desde que existam prejuízos a serem ressarcidos à Administração;

25.26. A reabilitação do fornecedor perante a Administração se dará pelo cumprimento de obrigações de fazer, de pagar ou por ambas;

25.27. No ato da declaração de inidoneidade, a Administração deverá indicar desde já, para fins de reabilitação do licitante ou contratado, as obrigações de fazer ou o valor do ressarcimento e os critérios de correção nas obrigações de pagar;

25.28. A aplicação das sanções administrativas previstas nos incisos I a III do art. 17 do Decreto Estadual nº 5.965/2010 é atribuição da autoridade competente, podendo ser delegada, e a sanção prevista no inciso IV do art. 17 é de competência exclusiva da autoridade superior;

25.29. A autoridade que aplicar as sanções estabelecidas neste Decreto determinará a publicação do extrato da decisão no Diário Oficial do Estado, no qual deverá conter as seguintes informações:

- a) nome do fornecedor e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas -CPF;
- b) nome e CPF de todos os sócios;
- c) sanção aplicada, com os respectivos prazos de impedimento;
- d) órgão ou entidade e autoridade que aplicou a sanção; e
- e) número do processo.

26. DA RESCISÃO CONTRATUAL

26.1. O Contrato poderá ser rescindido:

- I - Inadimplemento parcial ou total de quaisquer obrigações contidas no Contrato;
- II - Nas hipóteses previstas no art. 78, incisos IX, X, XI, XII e XVIII, da Lei nº 8.666/1993;
- III - Também ensejará a rescisão contratual, a ocorrência das hipóteses dos incisos XIII, XIV, XV, XVI e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/1993;

26.2. Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

- I - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993;

- II - amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III - judicial, nos termos da legislação.

27. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE EXECUÇÃO DA ARP/CONTRATO

- 27.1. A gestão e a fiscalização do Contrato será efetuada por servidor designado da Procuradoria-Geral do Estado, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 8.666/1993 e a Instrução Normativa nº 001/2016 da Controladoria-Geral do Estado do Acre;
- 27.2. Acompanhar a execução físico-financeira do Contrato;
- 27.3. Atestar o recebimento e a qualidade dos bens de consumo contratados, se estes estiverem em conformidade com as especificações do respectivo objeto contratado;
- 27.4. Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução;
- 27.5. Requer formalmente ao setor competente, com antecedência, as prorrogações e aditivos necessários, devidamente justificados;
- 27.6. Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual, informando sobre paralisações ou suspensões que ocorram no Contrato;
- 27.7. Comunicar formalmente ao respectivo Gestor de Contrato e/ou Gestor de Convênio eventuais irregularidades, após ter notificado formalmente a Contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais e anotar, em formulário próprio, todas as ocorrências que julgar relevantes, relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 27.8. Zelar pela fiel execução dos Contratos, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais fornecidos e dos serviços prestados;
- 27.9. Efetuar relação entre os prazos de vigência dos Contratos e os prazos de vigência de convênios, se estes forem interdependentes, se o Contrato for financiado com recursos de convênio;
- 27.10. Estabelecer, juntamente com respectivo gestor, cronograma de fiscalização;
- 27.11. Aplica-se aos Contratos de prestação de serviços, quando contínuos, o Art. 57, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/1993, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

28. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 28.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar, ficando, o vínculo contratual adstrito somente ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, respondendo a CONTRATADA por todos os danos causados na execução do objeto do Contrato;

29. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 29.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do objeto.

30. DO REAJUSTE

- 30.1. É facultado o reajuste em sentido estrito, a pedido da CONTRATADA, contemplando a variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), após 12 (doze) meses da apresentação da última proposta comercial, no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de o silêncio ser interpretado como renúncia presumida.
- 30.2. O requerimento a que se refere o parágrafo anterior prescinde da indicação dos índices de variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) no período, tendo em vista o lapso temporal observado em sua divulgação.
- 30.3. O preço eventualmente reajustado somente será praticado após a vigência do aditamento ou apostilamento contratual e contemplará a variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) durante 12 (doze) meses, a partir da data de apresentação da última proposta comercial.
- 30.4. Os reajustes sucessivos terão por base o termo final do período contemplado pelo reajuste anterior.
- 30.5. A CONTRATADA só fará jus a qualquer reajuste na constância da vigência contratual.
- 30.6. Haverá preclusão lógica do direito ao reajustamento nos casos em que a CONTRATADA firmar termo aditivo de dilação de prazo de vigência, com a manutenção dos preços praticados e sem a expressa reserva do direito, quando já houver decorrido o período anual referente ao reajustamento e mesmo que ainda não consumado o prazo de 60 (sessenta) dias previsto no item 29.1.

31. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 31.1. Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações, Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 e suas alterações, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor e suas alterações, Decreto Estadual nº 5.967, de 30 de dezembro de 2010 e suas alterações, Decreto Estadual nº 5.965 de 30 de dezembro de 2010 e suas alterações, Decreto Estadual nº 4.767, de 06 de dezembro de 2019 e Decreto nº 3.753, de 13 de agosto de 2019.

32. DA PUBLICIDADE

- 32.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço publicado no Diário Oficial do Estado, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

33. DO DETENTOR DA ATA REGISTRADO, DOS PREÇOS E DOS ITENS DE FORNECIMENTO

- 33.1. Os preços ofertados pelas empresas classificadas em primeiro lugar, por objeto/item, signatárias da presente Ata de Registro de Preços constam do "Anexo Único", que constituem anexo à presente Ata de Registro de Preços.

34. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 34.1. Integram esta Ata, o EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº XXX, anexos e a proposta das empresas classificadas em 1º lugar no certame supracitado;
- 34.2. Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes dos Decretos Estaduais nº 4.767/2019, 5.967/10 e Lei nº 8.666/1993;
- 34.3. As questões decorrentes da utilização da ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas na Justiça Estadual, no foro da Comarca da cidade de Rio Branco/ AC, com exclusão de qualquer outro;
- 34.4. E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas também o subscrevem.

RAICRI BARROS DE OLIVEIRA
Diretor-Geral
Procuradoria-Geral do Estado
CONTRATANTE

FORNECEDOR
(empresa)
CONTRATADA

ATA DE PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS /_/_

ATA DE EXPECTATIVA POR REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO ÚNICO

Relação da(s) CONTRATADA(s)/Preços Registrados por ocasião do Pregão Eletrônico para
Registro de Preços Nº _____/_____

CONTRATADA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ _____, sediada à _____, nº _____, Bairro _____, CEP: - _____, telefone: (____)_____, neste ato representado pelo(a) senhor (a)_____.

ITEM	DESCRIÇÃO	ANO/MODELO	PLACA	CHASSI	Unid.	QUANT.	FRANQUIA
1	TOYOTA COROLLA SEDAN XEI 1.8 16V FLEX AUT. - 4PORTAS - GASOLINA/ALCOOL - AUTOMÁTICO -	2009/2009	MZQ1252	9BRBB48E995059356	Unid.	1	
2	TOYOTA COROLLA SEDAN ALTIS PREM.HYBRID 1.8 16V AUT. - 4PORTAS - GASOLINA/ALCOOL/ELETRICO - AUTOMÁTICO -	2022/2023	QWQ6D70	9BRBY3BE6P4043197	Unid.	1	
3	TOYOTA ETIOS SEDAN X 1.5 16V FLEX - 4PORTAS - GASOLINA/ALCOOL - MANUAL -	2018/2018	QLY7921	9BRB29BT3J2199591	Unid.	1	
4	MITSUBISHI L200 PICK-UP CAB DUP SPORT TRITON GL 2.4 4X4 - 5 PASS - DIESEL - CÂMBIO MANUAL -	2021/2022	QLX1B25	93XLJKL1TNCM42727	Unid.	1	
5	TOYOTA HILUX SRV 4X4 2.8 TDI 4P AUT 16V TURBO - ZERO QUILOMETRO - DIESEL	2022/2023	QWO6E97	8AJBA3CD9R1792757	Unid.	1	
VALOR TOTAL DO SEGURO							R\$



Documento assinado eletronicamente por **MAGNO DE SOUZA MELO**, Assessor Técnico, em 24/10/2023, às 10:40, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **8789769** e o código CRC **B215570D**.

**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA
EXECUÇÃO DO OBJETO**

A Empresa (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº (informar), com sede à (endereço) declara, perante a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELC, que:

- 1. Disporá até o ato da assinatura do contrato de toda a estrutura e recursos necessários para execução do objeto especificado no certame licitatório - Pregão Eletrônico Para Registro de Preços Nº/.... em especial os seguintes:
 - 1.1. Dos equipamentos necessários para execução do objeto; e
 - 1.2. Mão de obra qualificada.
- 2. Dessa forma, encontra-se apta à perfeita execução das atividades especificadas contratualmente.

Sendo isto o que havia a declarar,

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

(assinatura)

(carimbo)

(nome do responsável)

(cargo)